UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

Luma Cavaleiro de Macêdo Scaff

DOAÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E DIREITO FINANCEIRO

SÃO PAULO
2015

RESUMO

Apresenta-se uma mudança de paradigma para o instituto jurídico da doação no Brasil. Se a doação tem origem no altruísmo e na benevolência, hoje também pode ser considerada um instrumento estratégico de promoção social. Em tempos ditos de crise, enquanto não faltam projetos sociais e pessoas carentes de direitos mínimos, também existem pessoas dispostas a doar dinheiro para causas sociais. Pela perspectiva do doador, analisar-se-á quais os mecanismos jurídicos existentes de incentivo à doação em dinheiro por pessoa física para fins públicos, ou seja, quais os benefícios do investidor social. A partir da análise de direito comparado entre Brasil e Estados Unidos, examinar-se-á que o ato de doar dinheiro por pessoa física às finalidades públicas por meio das leis de incentivo gera uma contrapartida fiscal ao doador. Evidencia-se, portanto, uma nova modalidade de negócio jurídico que apresenta características mistas de direito privado e de direito público, irradiando efeitos financeiros: a doação de direito público.

Palavras-chaves: Doação. Dinheiro. Pessoa Física. Leis de Incentivo. Incentivos Fiscais.

ABSTRACT

The study presents a changing paradigm for the legal institution of Donation in Brazil. If the donation stems from altruism and benevolence, it can now also be considered as a strategic instrument of social advancement. In times of crisis, while there are many social projects and destitute people of minimum rights, there are also people willing to donate money to social causes. From the perspective of the donor, the thesis will analyze which are the legal mechanisms to encourage donation in cash by an individual in the public interest, ie what benefits for the social investor. From the analysis of comparative law between Brazil and the United States, will be considered that the act of donating money by individual for public purposes through a legal incentives system generates a tax return to the donor. Therefore, it can be pointed a new type of legal institute which presents mixed private law and public law characteristics, radiating financial effects: the donation of public law.

Keywords: Donation. Money. Social Investor. Legal Incentive System. Tax Expenditure.

ABSTRACT

Lo studio presenta un cambiamento di paradigma per l'istituto giuridico della donazione in Brasile. Se la donazione deriva da altruismo e benevolenza, ora può anche essere considerato come uno strumento strategico di promozione sociale. Detto in tempi di crisi, pur non mancando i progetti sociali e persone indigenti diritti minimi, ci sono anche persone disposte a donare soldi per cause sociali. Dal punto di vista del donatore, analizzerà quali meccanismi giuridici esistenti per incoraggiare la donazione in denaro da parte di un individuo di interesse pubblico, vale a dire ciò che va a favore dell'investitore sociale. Dall'analisi di diritto comparato tra il Brasile e gli Stati Uniti si ritiene che l'atto di donare soldi per i singoli scopi pubblici attraverso incentivi legali genera una dichiarazione dei redditi per il donatore. E 'evidente, quindi, un nuovo tipo di negozio giuridico che presenta diritto privato misto e le caratteristiche di diritto pubblico, che irradia effetti finanziari: la donazione di diritto pubblico.

Parole chiave: Donazione. Denaro. Investitore sociale. Leggi di incentivazione. Incentivi fiscali.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	17
INTRODUÇÃO	19
i. Indicadores da doação. O personagem do “investidor social”	24
ii. Doação: mudança de paradigma	28
a. Justificativa e delimitação do objeto de estudo	30
Capítulo 1– DOAÇÃO. ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO. FISCALIDADE. EXTRAFISCALIDADE. RENÚNCIAS FISCAIS	34
1.1 Atividade financeira do Estado.....	34
1.2 Entre a fiscalidade e a extrafiscalidade: as renúncias fiscais.....	38
1.3 Conceito e conteúdo de renúncias fiscais.....	42
1.3.1 Modalidades de renúncias de receitas: o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal	49
1.4 Leis de incentivo	53
1.5 Doação: a transposição de um conceito de direito civil para o direito financeiro.....	57
1.5.1 Doação. Contrato. Ato jurídico unilateral ou negócio jurídico bilateral.....	59
1.5.2 Manifestação de vontade. Atos de liberalidade.....	62
1.5.3 Elementos constitutivos do contrato de doação. Aspecto objetivo: transferência de dinheiro ao donatário. Aspecto subjetivo: animus donandi.....	63
1.5.4 Gratuidade da doação.....	63
1.5.5 Revogação da doação: o caso Pedro Conde Filho vs. Universidade de São Paulo.....	65
1.6 Doação: amor, dominação, benevolência e investimento	68
1.7 Investidor social. Pessoa física. O ser humano e os afetos	77
Capítulo 2 – O TERCEIRO SETOR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	81
2.1 O conteúdo e das características para o terceiro setor: o art. 44 do Código Civil.....	81
2.2 O controle pelo estado na busca de homogeneidade no terceiro setor. Certificação de organização sem fins lucrativos: selos, títulos e certificados.....	97

2.2.1	Certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS). Lei n. 8.212/91	98
2.2.2	Certificado de utilidade pública (UT). Lei n. 91/35. Decreto n. 50.517/61	104
2.2.3	Organização social (OS). Lei n. 9.637/1998.....	106
2.2.4	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Lei n. 9.790/99	110
Capítulo 3 – MECANISMOS DE INCENTIVO À DOAÇÃO EM DINHEIRO POR PESSOA FÍSICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....		116
3.1	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): O art. 260 da Lei n. 8.069/90	116
3.1.1	A disciplina jurídica da criança e do adolescente. O conselho dos direitos da criança e do adolescente e o fundo dos direitos da criança e do adolescente	116
3.1.2	Subsistema de incentivo à doação por pessoa física para financiar a proteção à criança e ao adolescente	125
3.2	Estatuto do Idoso: o art. 115 da Lei n. 10.741/2003.....	128
3.2.1	A disciplina jurídica do envelhecimento na Política Nacional do Idoso (PNI). Conselho Nacional do Idoso e o Fundo Nacional do Idoso	128
3.2.2	Subsistema de incentivo à doação por pessoa física para financiar a proteção ao idoso.	132
3.3	Lei do Audiovisual. Lei n. 8.685/93 e Lei n. 9.323/96.....	134
3.3.1	A disciplina jurídica das atividades do audiovisual.....	134
3.3.2	Subsistema de incentivo à doação por pessoa física para financiar as atividades de audiovisual.....	137
3.4	Cultura: a Lei Rouanet	141
3.4.1	A proteção jurídica da cultura e o programa nacional de apoio à cultura	141
3.4.2	Subsistemas de incentivo à doação por pessoa física para financiar a cultura. O art. 18 e o art. 26 da Lei n. 8.313/91	146
3.5	Esporte: o desporto e o paradesporto: a Lei n. 11.438/2006	151
3.5.1	A disciplina jurídica do esporte.....	151
3.5.2	Subsistema de incentivo à doação por pessoa física para financiar o esporte.....	156

3.6 Saúde: Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon). Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD). Lei n. 12.715/2012	157
3.6.1 Subsistema de incentivo à doação por pessoa física para financiar o direito à saúde	159
Capítulo 4 – MECANISMOS DE INCENTIVO À DA DOAÇÃO EM DINHEIRO POR PESSOA FÍSICA NO SISTEMA NORTE-AMERICANO	161
4.1 <i>Planned giving</i> ou <i>charitable giving</i> nos Estados Unidos	161
4.2 O que são <i>charitable contributions</i> ? doação. Ato voluntário e gratuito. <i>Donative intent</i>	168
4.2.1 Caso <i>Commissioner vs. Duberstein</i>	172
4.3 Mecanismos de incentivo à doação por pessoa física nos Estados Unidos	173
4.4 Características das entidades beneficiárias.	175
4.5 Qualificação da entidade beneficiária	177
4.5.1 Caso <i>Bob Jones vs. USA</i>	181
4.6 <i>Private benefit doctrine</i> e <i>private inurement doctrine</i> : evolução jurisprudencial a proibição dos privilégios na concessão dos benefícios fiscais	184
4.7 <i>Itemized deductions</i> : a demonstração da doação na declaração de imposto de renda	191
4.8 <i>Written acknowledge</i> : a comprovação da doação	194
4.8.1 Caso <i>Durden vs. Commissioner</i>	196
4.9 <i>Charitable contribution deduction</i> : as deduções fiscais da doação para a caridade	196
4.10 Excesso de doação ou <i>carryovers</i> ou <i>carryforwards</i>	199
Capítulo 5 – MECANISMOS DE INCENTIVO À DOAÇÃO EM DINHEIRO POR PESSOA FÍSICA NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS: UMA ABORDAGEM DE DIREITO COMPARADO E A DOAÇÃO DE DIREITO PÚBLICO	201
5.1 Análise de direito comparado entre Brasil e Estados Unidos sobre os mecanismos de incentivo à doação em dinheiro por pessoa física	201
5.1.1 Estruturas normativas de financiamento e as leis de incentivo	204
5.1.2 Leis de incentivo e a destinação da doação como fator determinante do incentivo fiscal	206

5.1.3	Controle estatal: as características e a qualificação das entidades beneficiárias. o credenciamento e a aprovação de projetos.	208
5.1.4	Requisitos formais de comprovação da doação para a dedução do imposto de renda.....	210
5.1.5	Aspectos subjetivos da doação.....	211
5.2	Doação de direito público: a doação de dinheiro privado para finalidades públicas por ato de mera liberalidade	212
5.2.1	Elementos característicos: sujeitos, objeto e natureza jurídica	213
5.2.2	O elo entre os envolvidos: leis de incentivo e a destinação da verba. a relativização da gratuidade do contrato de doação	214
5.2.3	Obrigações dos sujeitos e o efeito financeiro e patrimonial	216
5.3	Doação direta a entidade do terceiro setor: a necessidade de aplicação do art. 13, § 2º, III, da Lei n. 9.249/95 para as pessoas físicas no Brasil	217
CONCLUSÃO		219
REFERÊNCIAS.....		223
ANEXOS		257
ANEXO A.....		257
ANEXO B.....		261
ANEXO C		265
ANEXO D		266

INTRODUÇÃO

Se a doação teve por objetivo precípou o altruísmo,¹ hoje também pode ser vista como uma forma estratégica de investimento privado em atividades inicialmente consideradas de responsabilidade exclusiva do Estado.

A partir dessa mudança de paradigma na doação, analisar-se-á os mecanismos de incentivo à doação por pessoa física em dinheiro para o interesse comum e quais os eventuais benefícios fiscais para o doador.

A pesquisa está focada na interface entre o direito público e o direito privado, além do cunho multidisciplinar por envolver o direito financeiro, o direito constitucional, os direitos fundamentais, a filosofia, a sociologia e outros campos do conhecimento no escopo de reconhecer o benefício à iniciativa privada que pretenda doar dinheiro à satisfação do interesse social.

Trata-se de estudo jurídico e normativo no âmbito do direito brasileiro, exame este a ser aprofundado por meio de análise comparada com os Estados Unidos. A escolha por este país se justifica pela tradição da “cultura da doação”² como ocorre por exemplo do *The Giving Pledge*³ que consiste em um compromisso dos indivíduos e das famílias mais ricas do mundo⁴ para que sua riqueza seja direcionada à filantropia.

¹ No sentido de doar dinheiro aos menos favorecidos sem receber nada em troca; a prática da filantropia.

² Entende-se por “cultura da doação” o conjunto de instrumentos capazes de incentivar a doação ao longo das gerações, tornando-a um hábito.

³ THE GIVING PLEDGE. Disponível em: <http://givingpledge.org/#warren_buffett>. Acesso em: 1º out. 2011. O *The Giving Pledge* é um compromisso firmado entre indivíduos e famílias ricas de diversas partes do mundo com a finalidade de dedicar sua riqueza à filantropia.

⁴ Os mais ricos do Brasil, segundo a Forbes. *Revista Época*. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/08/os-bmais-ricosb-do-brasil-segundo-forbes.html>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

Outra justificativa que motiva o presente estudo é o “Dia de Doar”,⁵ uma campanha brasileira para incentivar a cultura da doação que foi inspirada no *Giving Tuesday*.⁶ A ideia é bastante simples e consiste em conclamar pessoas para realizar doações à caridade em um único dia, que atualmente encontra na internet uma importante ferramenta de difusão da cultura da doação.⁷ Com isso, outras iniciativas como a criação do portal www.diadedoar.net⁸ cujo objetivo é trazer relatos de pessoas que praticam a doação, gerando um ambiente para a troca de experiências sobre o assunto. Uma das diferenças entre o *Giving Tuesday* e o Dia de Doar é que no primeiro o foco principal é o incentivo a doação em dinheiro, ao passo que no segundo, o enfoque é difuso porque se pretende também outras espécies de doação tais como sangue, móveis, imóveis e, dentre outros, o voluntariado.

As organizações de investimentos privados em setores públicos⁹ vêm se desenvolvendo não apenas no Brasil, mas também em outros países como Espanha,¹⁰ Holanda,¹¹ França,¹² Inglaterra¹³ e, principalmente, Estados

⁵ INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL. IDIS. Brasil realiza Dia de Doar para incentivar a cultura da doação. Disponível em: <<http://www.idis.org.br/acontece/noticias/brasil-realiza-dia-de-doar-para-incentivar-a-cultura-da-doacao/view>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

⁶ GIVING TUESDAY. Disponível em: <<http://www.givingtuesday.org/>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

⁷ FACEBOOK. Dia de doar. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/diadedoar>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

⁸ DIAR DE DOAR. Disponível em: <<http://www.diadedoar.net/>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

⁹ Em outras palavras, as diversas formas de participação financeira da sociedade em setores públicos de forma ampla, seja por meio de doações a ONG's, a financiamento de fundações ou pela responsabilidade social; para as pessoas ou organizações que desejam investir recursos privados em setores públicos.

¹⁰ FUNDACIÓN VICENTE FERRER. Disponível em: <<http://www.fundacionvicenteferrer.org/es/origen-de-los-recursos>>. Acesso em: 1º out. 2011. “[...] el legislador actual [...] há optado por hacer uso de um único término para definir el conjunto de actuaciones que suponen la participación privada em actividades de interés general: el término mecenazgo. La simplificación terminológica de la Ley 49/2002 deriva en una clara ruptura com la tradicional asociación del término mecenazgo a las aportaciones o donaciones en favor de un tercero AL que busca enriquecer e coadyuvar, así, en sus actividades propias, para incluir bajo la misma denominación supuestos en los que es la propia empresa la que invierte directamente cantidades en la realización de fines de interés general, sin que exista intermediario alguno que canalice la aportación.” CHUECOS, Montserrat Casanellas. *El nuevo régimen tributario del mecenazgo*. Madrid: Ediciones Jurídicas y Sociales Marcial Pons, 2003. p. 35.

¹¹ BEKKERS, René; WIEPKING, Pamela. A literature review of empirical studies of philanthropy: Eight mechanisms that drive charitable giving. Center for Philanthropic Studies, Faculty of Social Sciences, VU University Amsterdam De Boelelaan 1081, 1081 HV Amsterdam the

Unidos, daí a relevância do estudo de direito comparado entre Brasil e Estados Unidos.

É curioso observar que em tempos de crise, diversas pessoas estão dispostas a doar dinheiro.

A insuficiência do Estado em atender a todos os apelos sociais contribuiu para aproximar as esferas *pública* e *privada*,¹⁴ ganhando relevo o desenvolvimento do terceiro setor.¹⁵ Nos anos de 80 e 90, houve uma proliferação das entidades das mais variadas matizes voltadas ao desempenho de atividades sociais sem finalidade lucrativa. Desde a instituição de assistência social, passando por institutos culturais, entidades de pesquisa científica e tecnológica, proteção ao meio ambiente, o apoio às populações indígenas; uma série de organizações foi desabrochando,

Netherlands. Disponível em: <http://dare2.ubvu.vu.nl/bitstream/handle/1871/33145/Bekkers_Wieping_11_NVSQ_postprint.pdf?sequence=2>. Acesso em: 23 maio 2014.

¹² Charitable giving and tax policy: a historical and comparative perspective. Conference Volume. CEPR conference. Maio 2012. Paris School of Economics. Editors Gabrielle Fack and Camille Landais. Este volume foi a apresentado na Conferência *Altruism and Charitable Giving* organizado pelo *Center for Economic Research and its Applications (CEPREMAP)* e pelo *Public Policy Group* do *Center of Economic Policy Research (CEPR)* na *Paris School of Law*. Disponível em: <file:///C:/Users/Luma%20pc/Downloads/full_volume.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2014.

¹³ SMITH, Sarah; SCHARF, Kimberley. *Charitable donations and tax relief in the UK*. In Charitable giving and tax policy: a historical and comparative perspective. Conference Volume. CEPR conference. Maio 2012. Paris School of Economics. Editors Gabrielle Fack and Camille Landais. Disponível em: <file:///C:/Users/Luma%20pc/Downloads/full_volume.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2014.

¹⁴ SARMENTO, Daniel Antonio de Moraes. *Direitos fundamentais e relações privadas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006; SARMENTO, Daniel Antonio de Moraes (Org.). *Interesses públicos versus interesses privados: desconstruindo o princípio da supremacia do interesse público*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. p. 246. SCAFF, Fernando Facury. O jardim e a praça ou a dignidade da pessoa humana e o direito tributário e financeiro. *Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica*, v. 4, p. 97-110, 2006.

¹⁵ OLIVEIRA, Gustavo Justino de. Terceiro setor, empresas e estado. In: _____ (Coord.). *Novas fronteiras entre o público e o privado*. Belo Horizonte: Fórum, 2007. Explica Leandro Souza que o terceiro setor “tem fundamento de existência em princípios ínsitos à qualidade humana, como o são a solidariedade, a filantropia, a benemerência, o auxílio mútuo, a caridade, o amparo aos desvalidos, e tantos outros que não se apagam num simples fechar de olhos” (SOUZA, Leandro Marins de. *Tributação do terceiro setor no Brasil*. São Paulo: Dialética, 2004. p. 319).

portanto, exigindo, não apenas a criação de legislação específica,¹⁶ mas também de fontes de financiamento.¹⁷

Considerando que as necessidades sociais são infinitas e que os recursos públicos são finitos, é imprescindível alocá-los de maneira ótima,¹⁸ portanto, para que o maior número de pessoas seja beneficiado São as escolhas trágicas;¹⁹ também conhecidas como escolhas políticas que devem ser operacionalizadas em um sistema economicamente possível.²⁰ Neste sentido, é possível dizer que os direitos possuem custos,²¹ os quais são financiados por toda a sociedade²² mediante arrecadação estatal, quer de receitas tributárias²³ ou não tributárias,²⁴ utilizadas diretamente ou por meio de um sistema de fundos.²⁵

¹⁶ Código Civil. Lei n. 8.212/91. Lei n. 91/35. Lei n. 9.637/98. Lei n. 9.790/00 e outras.

¹⁷ Para Regina Andrea Accorsi Lunardelli, “significa que estão situados entre o setor empresarial e estatal. São pessoas jurídicas sujeitas ao regime de direito privado, não vinculadas às organizações centralizadas ou descentralizadas da Administração Pública, não almejam fins econômicos e prestam serviços em áreas de relevante interesse social” (LUNARDELLI, Regina Andrea Accorsi. *Tributação do terceiro setor*. São Paulo: Quartier Latin, 2006. p. 219). A atuação conjunta entre Estado e sociedade vem se consolidando ao longo dos anos, tanto que a edição da Lei 9.637/98 que trata das Organizações Sociais (OS) e da Lei 9.790/99 que trata das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) é um marco jurídico, revelando um novo marco regulatório para o terceiro setor. Vale registrar a ADIn 1923/DF cujo relator é o Min. Ilmar Galvão.

¹⁸ AMARAL, Gustavo. *Direito, escassez & escolha*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. GALDINO, Flávio. *Introdução à Teoria dos custos dos direitos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

¹⁹ CALABRESI, Guido; BOBBIT, Philip. *Tragic choices*. London: Norton, 1978.

²⁰ SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benneti (Org.). *Direitos fundamentais*. Orçamento e reserva do possível. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. Do mesmo autor, a obra *A eficácia dos direitos fundamentais*. 4. ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2004. SCAFF, Fernando Facury. Sentenças aditivas, direitos sociais e reserva do possível. In: COSTA, Paulo Sergio Weyl A. (org.). *Direitos humanos em concreto*. Curitiba: Juruá, 2008. v. 1, p. 89-116. HESSE, Konrad. *A força normativa da Constituição*. Tradução Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991.

²¹ SUSTEIN, Cass R.; HOLMES, Stephen. *The Cost of Rights – why liberty depends on taxes?* New York: Norton, 1999.

²² SCAFF, Fernando Facury. Como a sociedade financia o Estado para a implementação dos direitos humanos no Brasil. *Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*, v. 10-A, p. 275-302, 2006.

²³ Arts. 154, 155 e 156 da CF.

²⁴ OLIVEIRA, Regis Fernandes de; HORVATH, Estevão. *Manual de direito financeiro*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. OLIVEIRA, Regis Fernandes. *Curso de direito financeiro*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

²⁵ CONTI, José Maurício. *Federalismo fiscal e fundos de participação*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001. v. 1, p. 140.

Com isso, a sociedade participa de diversas funções estatais, seja por meio de contratos ou convênios, ou, ainda, pelo financiamento privado. É o caso da doação de dinheiro privado para fins públicos.

A perspectiva adotada nesta tese é o ponto de vista do doador, ou seja, quais são as vantagens fiscais encontradas pelo investidor social pessoa física que deseja doar dinheiro.

Uma determinada pessoa física decide por mera liberalidade doar uma quantia em dinheiro para uma finalidade altruísta, seja cultura, educação ou saúde. O destinatário desse dinheiro, em regra, é o terceiro setor. Contudo, isso não ocorre de forma direta, mas sim por intermédio de leis de incentivo. Os benefícios, portanto, somente podem ser auferidos caso a doação seja realizada por meio da lei de incentivo. Daí o novo instituto jurídico proposto que é a doação de direito público. Trata-se de dinheiro privado para fins públicos, cujo donatário é o Estado, a finalidade é o interesse público e a presença das leis de incentivo para que o doador possa auferir os benefícios. É uma doação que permite ao doador o pagamento a menor de tributos, nos caso, a análise é restrita ao imposto de renda.

Objetiva-se com esse estudo identificar quais os mecanismos existentes no Brasil e nos Estados Unidos capazes de incentivar a doação em dinheiro por pessoa física, além de quais as vantagens existentes para o investidor social. A partir disso, propõe o exame de um novo paradigma para o estudo da doação levando em consideração os seus efeitos financeiros, a doação de direito público.

A pesquisa foi estruturada em cinco partes. A primeira se dedica à elaboração do referencial teórico e delimita os conceitos de atividade financeira do estado, renúncias fiscais e doação. A segunda é direcionada ao estudo do terceiro setor, assim como características e certificações. A terceira estuda os mecanismos de incentivo à doação em dinheiro por pessoa física no Brasil, ao passo que a quarta se refere aos Estados Unidos. A quinta e última, porém, não menos importante, aborda o estudo de direito

comparado entre os dois países e examina a doação de direito público no Brasil.

É preciso esclarecer os mecanismos, ainda que incipientes, que sustentam os alicerces dessa “infraestrutura social invisível”²⁶ que reveste a doação em direito público.

i. Indicadores da doação. O personagem do “investidor social”

Os valores envolvidos em doações são significativos. Segundo o *World Giving Index*, estudo publicado pela *Charities Aid Foundation*²⁷ realizado em 153 nações envolvendo cerca de 195 milhões de pessoas foi perguntando se estas já deram dinheiro voluntariamente à caridade ou se já ajudaram um estranho no mês anterior. O resultado foi uma *global big society*, “with a fifth of the world's population had volunteered, almost a third of the world's population had given money to charity, and 45% of the world's population had been “good samaritans” and helped a stranger”.²⁸ De acordo com esta pesquisa sobre os países mais generosos,²⁹ no ano de 2010:³⁰

<p align="center">Social contribution index by country</p>

²⁶ SALAMON, Lester. M. The resilient sector: the State of nonprofit America. In: _____ (Coord.). *The State of nonprofit America*. Washington, DC: Brooking Institution Press, 2003. p. 3.

²⁷ CHARITIES AID FOUNDATION. Disponível em: <<https://www.cafonline.org/>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

²⁸ Tradução da autora: “uma grande sociedade global: com um quinto da população como voluntária, quase um terço da população mundial doou dinheiro à caridade e 45% da população se tornaram ‘bons samaritanos’ e ajudaram um estranho”. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/news/datablog/2010/sep/08/charitable-giving-country>>.

²⁹ Em outras palavras, aqueles que se destacam pelo volume de doação em dinheiro e pelo voluntariado.

³⁰ CHARITABLE GIVING BY COUNTRY: WHO IS THE MOST GENEROUS? THE GUARD. DATA BLOG. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/news/datablog/2010/sep/08/charitable-giving-country#>>.

Country	Country code	Region	% of the population Giving money to charities	% of the population who have volunteered time for an organization in the last month	% of the population who Have helped a stranger In the last month	World giving index score
5. United States	US	North America	60%	39%	65%	55%
8. United Kingdom	GB	Western & Southern Europe	73%	29%	58%	53%
18. Germany	DE	Western & Southern Europe	49%	28%	56%	44%
76. Brazil	BR	South America	25%	15%	49%	30%
91. Spain	ES	Western & Southern Europe	25%	13%	44%	27%

Austrália, Nova Zelândia e Canadá lideram com 70%, 68% e 64% da população doadora de dinheiro. Enquanto os Estados Unidos ocupam a 5ª posição, o Brasil figura em 76ª e a Espanha em 91ª.

No Brasil, foram cerca de 10 bilhões de reais em 2007³¹ com doações majoritariamente oriundas de pessoas jurídicas. Segundo dados do Instituto McKinsey,³² as doações por pessoas físicas no Brasil estacionaram.³³

Em 2009, o percentual de 0,6% do PIB brasileiro correspondeu a doações. Hoje, observa-se um declínio para 0,3%, ou seja, R\$ 7,9 bilhões, possivelmente em razão da ausência de informação sobre como utilizar-se dos incentivos ou de uma “cultura anti-lucro”.³⁴

³¹ Segundo um estudo da McKinsey. Um incentivo às doações. *Revista VEJA*. São Paulo: Abril, 3 de novembro de 2010. p. 102 a 106.

³² Idem, ibidem, p. 102 a 104.

³³ BALDRATI, Breno. Por que o brasileiro não doa? *Gazeta do Povo*. Em 15.08.2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=1035865&tit=Por%ADque%ADo%ADbrasileiro%ADnao%ADdoa>>. Acesso em: 1º out. 2011.

³⁴ AOQUI, Carlos. Cultura antilucro limita a atuação de empresas sociais no Brasil. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u708983.shtml>>.

No ano de 2012, de acordo com o *World Giving Index*, os Estados Unidos se destacam com 77% dedicados à *helping a stranger*³⁵ e o Qatar também ganhou posição relevante com 73% e em seguida a Líbia com 72%. No que tange ao objeto deste estudo, ou seja, a doação em dinheiro, ressalta-se o Reino Unido como 76% e, em seguida, Malta com 72%. A tabela abaixo foi extraída do *World Giving Index* de 2012 e apresenta a lista de países com base em três pilares da filantropia, quais sejam: *Donating Money*, *Volunteering Time* e *Helping a Stranger*.³⁶

Country	World Giving Index Ranking	World Giving Index Score (%)	Donating Money (%)	Volunteering Time (%)	Helping a Stranger
Estados Unidos	1	61	62	45	77
Canada	2	58	68	42	64
Myanmar	3	58	85	43	46
Nova Zelândia	4	58	67	40	67
Irlanda	5	57	70	37	64
Reino Unido	6	57	76	29	65
Austrália	7	55	67	34	64
Holanda	8	54	69	37	57
Qatar	9	51	60	19	73
Sri Lanka	10	48	45	46	54
Malta	12	47	72	24	46
Líbia	14	46	29	37	72 ³⁷

Acrescente-se ainda que ao longo dos anos a doação por pessoas físicas se mantém estável. O gráfico abaixo também foi extraído do *World*

Acesso em: 1º out. 2011. É a ideia de que lucro e impacto social são incompatíveis, discussão constante quando se trata dos negócios sociais.

³⁵ Esta *ajuda a estranhos* envolve tanto o voluntariado quanto à doação em dinheiro.

³⁶ Esses dados se referem ao ano de 2012 e foram publicados no *World Giving Index*. São dados relativos à participação sobre *givingbehaviour* (atitude de doar – tradução nossa) durante um mês antes da coleta das informações. A pontuação do *World Giving Index* leva em conta o número inteiro mais próximo, mas os rankings são determinados utilizando duas casas decimais. CHARITIES AID FOUNDATION. Disponível em: <<https://www.cafonline.org/media-office/press-releases/2013/world-giving-index-2013.aspx>>. Acesso em: 1º jun. 2014.

³⁷ Ainda, a íntegra da tabela encontra-se disponível no site *World Giving Index 2013: a global view of new trends*, que foi publicado em dezembro de 2013. CHARITIES AID FOUNDATION. Disponível em: <https://www.cafonline.org/images/CAF_WGF_Infographic.png>. Acesso em: 1º jun. 2014.

Giving Index no ano de 2013 e se refere apenas a doação em dinheiro. Em 2008, o percentual era de 1,2, tendo seu ápice em 2010 com 1,4 e decaiu um pouco para 1,3 em 2012.³⁸

Figure 2 Global number of people donating money, volunteering time and helping a stranger, over five years

Dos dados supra expostos, destaca-se um aspecto interessante que motiva o presente estudo: enquanto que não faltam projetos sociais e pessoas carentes de direitos mínimos,³⁹ existem pessoas dispostas a doar dinheiro para causas sociais.⁴⁰ Com isso, a relevância do presente trabalho com a finalidade de identificar mecanismos jurídicos de renúncias fiscais que

³⁸ Esses cálculos envolvem apenas adultos. Esses dados tem por base a população ativa que participa de *givingbehaviour* em diferentes países no período de 2008 a 2012. São dados relativos à participação sobre *givingbehaviour* durante um mês antes da coleta das informações. CHARITIES AID FOUNDATION. Disponível em: <www.cafonline.org/pdf/worldgivingindex2013_1374AWEb.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2014.

³⁹ SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benneti (Org.). *Direitos fundamentais*. Orçamento e reserva do possível. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. Do mesmo autor, *A eficácia dos direitos fundamentais*. 4. ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2004. SCAFF, Fernando Facury; NUNES, A. J. A. *Os tribunais e o direito a saúde no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. Do mesmo autor: SCAFF, Fernando Facury. Sentenças aditivas, direitos sociais e reserva do possível. *Revista Dialética de Direito Tributário*, v. 51, p. 79-99, 2007.

⁴⁰ FOLHA DE SÃO PAULO. Estímulo fiscal pode duplicar filantropia no Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/863950-estimulo-fiscal-pode-duplicar-filantropia-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 1º out. 2011.

servam como incentivo aquelas que desejam doar dinheiro, contribuindo, em consequência, para uma “cultura da doação”.

Surge um novo personagem: o “investidor social”. É a pessoa que escolheu voluntariamente alocar recursos financeiros próprios para o bem comum, buscando fazê-lo de forma eficiente. Para isso, deve buscar setores estratégicos, estudar a entidade mais adequada, verificar a estrutura de gestão e monitoramento, além de avaliar o impacto na sociedade, podendo, inclusive, analisar “o caminho” que o dinheiro percorre desde a aplicação na entidade escolhida até atingir a sua finalidade, tanto com base nos princípios constitucionais quanto nos financeiros.⁴¹

Com isso, a “cultura da doação” no Brasil ainda “engatinha”. Existe uma deficiência de material bibliográfico sobre o sistema de renúncias fiscais aos doadores de dinheiros às entidades do terceiro setor, necessita, portanto, de uma análise jurídica e sistemática; proposta deste estudo.

ii. Doação: mudança de paradigma

Nota-se uma mudança de paradigma no “desejo de doar dinheiro”. A doação de recursos para a filantropia, além de caráter altruísta e benevolente, indica também caráter de investimento em setores estratégicos para o desenvolvimento⁴² a fim de contribuir com o interesse social e os direitos fundamentais.

⁴¹ AVILA, Humberto. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. ALEX, Robert. *Teoría de los derechos fundamentales*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2001. SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. FERRAZ, Roberto Catalano Botelho. (Coord.). *Princípios e limites da tributação*. São Paulo: Quartier Latin, 2005. TORRES, Heleno Taveira; PIRES, Adilson Rodrigues (Org.). *Princípios de direito financeiro e tributário: estudos em homenagem ao professor Ricardo Lobo Torres*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. BALEIRO, Aliomar. *Uma introdução a ciência das finanças*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

⁴² SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Essa perspectiva inovadora da doação exige um estudo sobre a natureza jurídica do instituto, levando em consideração a interseção entre o direito público e o privado em prol do financiamento dos direitos humanos.

A doação, enquanto ato gratuito, pode ser interpretada em dois momentos; o primeiro enquanto ato altruísta e benevolente, ao passo que no segundo, como ato integrante de um planejamento estratégico capaz de possibilitar ao doador vantagens, sejam deduções fiscais ou de marketing. Esta pesquisa delimita o ato de doar por meio do estudo das seguintes leis de incentivo:

- a. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069/90;
- b. Estatuto do Idoso, Lei n. 10.741/03;
- c. Lei do Audiovisual, Lei n. 8.685/93 e Lei n. 9.323/96;
- d. Lei Rouanet, Lei n. 8.313/91;
- e. Desporto, Lei n. 11.438/06;
- f. Saúde, Lei n. 12.715/12;

Cada lei de incentivo se refere a um sistema jurídico direcionado a doação, seja por intermédio de fundos ou de projetos.

Com isso, verifica-se que a destinação da doação é fator que influencia no tipo de benefício a ser auferido pelo investidor social.

No Brasil, quem doa dinheiro sofre com a burocracia excessiva, com o descrédito nas instituições públicas, com a falta de habilidade de

auferir os incentivos fiscais, o receio de que o dinheiro não alcance a finalidade proposta, além da corrupção e desvio de verbas públicas.⁴³

a. Justificativa e delimitação do objeto de estudo

A justificativa para a realização desta pesquisa será feita com base nos critérios de: (i) necessidade; (ii) originalidade e importância do objeto; (iii) adequação do recorte teórico e metodológico para abordar as questões a que se propõe responder.

No Brasil, este tema, cuja relevância é incontestável pelo que foi dito, ainda é pouco desenvolvido na literatura jurídica especializada.

Existem várias entidades que se dedicam a receber doações por meio de campanhas como “seja um voluntário”,⁴⁴ “ajude-nos a ajudar os outros”⁴⁵ ou “suas boas intenções ainda melhores”,⁴⁶ algumas, inclusive são especializadas em determinados setores a exemplo da Fundação Ayrton Senna.⁴⁷ As doações têm sido utilizadas nas mais variadas formas e em diversos setores, inclusive para o financiamento da Copa, do Rio 2016, neste último caso, sem um valor mínimo.⁴⁸

⁴³ Sem dúvida, uma agressão aos direitos humanos nas palavras de Regis de Oliveira (*Curso de direito financeiro*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010).

⁴⁴ É o exemplo do Criança Esperança – projeto em parceria com a UNESCO divulgado pela Rede Globo. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/criancaesperanca/>>. Acesso em: 1º out. 2011.

⁴⁵ Fundado pelo casal William e Catharine Booth, o Exército da Salvação iniciou suas atividades na Inglaterra em 1865 coletando roupas, sapatos, artefatos em geral, inclusive doação em dinheiro para aplicar em ações sociais. Disponível em: <<http://www.exercitodoacoes.org.br/doacoes/doacao-em-dinheiro?gclid=CP7d6Zrm26sCFZBb7AodVQQYSA>>. Acesso em: 1º out. 2011.

⁴⁶ O Instituto Azzi é uma organização sem fins lucrativos que oferece a pessoas de alto poder aquisitivo apoio para planejar e executar melhor a sua filantropiade acordo com sua causa de interesse. Disponível em: <<http://www.institutoazzi.org.br/>>. Acesso em: 1º out. 2011.

⁴⁷ Instituto Ayrton Senna que se dedica a uma educação de qualidade em todo o Brasil. Disponível em: <<http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/programas/>>. Acesso em: 1º out. 2011.

⁴⁸ LOMBRA, Gabrielle. Pessoas físicas poderão doar dinheiro para o Rio-2016, sem valor mínimo. Globo Esporte. 01.09.2011. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/>>

Outro aspecto que pode ser citado para incentivo à doação é a publicidade, ou seja, vantagens públicas como concorrer a prêmios.⁴⁹ As empresas também doam dinheiro por meio de seleção de projetos tais como a Petrobrás que investiu R\$ 110 milhões em 2010.⁵⁰

O assunto ganha relevo nos jornais e periódicos,⁵¹ mas ainda carece de literatura especializada jurídica, daí a necessidade deste estudo. Em 26 de julho de 2006, a *Folha de S. Paulo* publicou “Incentivo Fiscal é pouco utilizado” informando que empresas deixam de realizar doações a projetos sociais que custariam pouco ou nada a seus caixas.⁵² Outra matéria que merece registro, também, da *Folha de S. Paulo* data de 21.01.2011, é que o estímulo fiscal pode duplicar filantropia no Brasil.⁵³ A discussão é justamente a concessão de isenções fiscais, seleção de entidades beneficiadas e capacitação de ONGs na prestação de contas.

Esse “desconhecimento” das vantagens financeiras auferidas com a doação em conjunto com os dados já mencionados na introdução demonstram a necessidade de se elaborar a presente pesquisa.

As leis que integram o objeto deste estudo integram um mosaico disperso sem organicidade que dificulta o conhecimento do doador sobre eventuais incentivos caso opte por doar dinheiro à realização dos direitos

olimpiadas/noticia/2011/09/pessoas-fisicas-poderao-doar-dinheiro-para-rio-2016-sem-valor-minimo.html>. Acesso em: 9 out. 2011.

⁴⁹ Médico vence prêmio de empreendedor social. *Folha de S. Paulo*. TV Folha. 26 nov. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/836491-medico-vence-o-premio-empendedor-social-veja-trechos-da-premiacao.shtml>>

⁵⁰ MOURA, Silvia de. Participação de empresas por meio de seleção de projetos para doação em dinheiro. *Folha de S. Paulo*. Cotidiano. 25 mar. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u712138.shtml>>

⁵¹ Além da organização de eventos para identificar a forma mais adequada de captação de recursos. Disponível em: <http://www.flac2011.com.br/tabela_salas.html>. Acesso em: 1º out. 2011.

⁵² Incentivo fiscal é pouco utilizado. *Folha de S. Paulo*. Dinheiro. B9. 25 de julho de 2006.

⁵³ SCIARETTA, Toni. Estímulo fiscal pode duplicar filantropia no Brasil. *Folha de S. Paulo*. 21 jan. 2011. Mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/863950-estimulo-fiscal-pode-duplicar-filantropia-no-brasil.shtml>>.

fundamentais. Com isso, integram o objeto desta pesquisa as seguintes normas:⁵⁴

- a. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8069/90;
- b. Estatuto do Idoso, Lei n. 10.741/03;
- c. Lei do Audiovisual, Lei n. 8685/93 e Lei n. 9323/96;
- d. Lei Rouanet, Lei n. 8313/91;
- e. Desporto, Lei n. 11.438/06;
- f. Saúde, Lei n. 12.715/12.

É necessário um estudo sistematizado destas normas – especificamente de acordo com a destinação do dinheiro – a fim de servir para incentivar a cultura da doação.

Justifica-se o desenvolvimento desta tese também pelo crescente trabalho voluntário, pelas quantias de dinheiro elevadas e, principalmente, por representar um estudo inédito sobre a sistematização dos mecanismos de renúncias às pessoas que desejem doar dinheiro, sem dúvida, um assunto interessante, não apenas à comunidade acadêmica, mas também à iniciativa privada e ao setor público.

Acrescente-se a busca pela possibilidade de incentivar o desenvolvimento da “cultura da doação” a ser considerada como uma das fontes de financiamento dos direitos fundamentais, o que revelaria a evolução da participação da sociedade em setores antes exclusivos estatais.⁵⁵

⁵⁴ Eventuais decretos e instruções normativas hierarquicamente inferiores também serão abordados aqui.

⁵⁵ Ainda que não seja objeto deste estudo, contudo, é necessária a análise de mecanismos de fiscalização e controle, não apenas das entidades do terceiro setor, mas também dos valores envolvidos nestas transações. SANTOS, José Anacieto Abduch. Licitação e terceiro setor. In:

O recorte metodológico comparado adotado é de caráter inédito: a proposta de um estudo comparado sobre quais são os incentivos fiscais concedidos pelo Brasil e Estados Unidos às pessoas físicas que desejem doar dinheiro a entidades do terceiro setor para fins de alcance do bem comum e satisfação dos interesses sociais. Análise esta que permite um cotejo multidisciplinar entre a “cultura da doação” nos dois países, e não mera importação de modelos. Pela expressão “mecanismos fiscais” escolhida para ser utilizada ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, deve-se entender que a análise não se restringe à identificação de base de cálculo ou alíquota da dedução, mas se amplia para verificar quais as estruturas jurídicas que sustentam os incentivos à doação no Brasil e nos Estados Unidos.

Considerando que o escopo deste trabalho envolve apenas as doações em dinheiro por pessoas físicas, deve-se registrar a delimitação dos aspectos fiscais apenas no que diz respeito a eventuais incentivos fiscais no imposto de renda, o que também delimita o exame à legislação federal.

Além disso, no que se refere ao instituto da doação, observar-se tratar de uma mudança de paradigma, eis que doações filantrópicas e o altruísmo, anteriormente considerados como “dar aos pobres”, hoje significam também uma forma de investimento, não apenas por benefícios financeiros ao doador, mas também pela responsabilidade social, mídia e crescimento do terceiro setor.

Veja que este estudo não se refere às imunidades, tampouco à abordagem de direito tributário. Quer por aspectos humanistas ou pela ótica do direito financeiro, revela-se importante a realização deste estudo, pois se trata de uma análise sistemática das normas federais brasileiras que concedem os benefícios financeiros ao doador, contribuindo, portanto, para o desenvolvimento da “cultura da doação”.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de (Coord.). *Terceiro setor empresas e Estado*. Belo Horizonte: Fórum, 2007. p. 281 a 308. PEREIRA, Cláudia Fernanda de Oliveira. Os Tribunais de Contas e o terceiro setor: aspectos polêmicos do controle. In: OLIVEIRA, Gustavo Justino de (Coord.) *Terceiro setor empresas e Estado*. Belo Horizonte. Fórum, 2007. p. 309-331.

CONCLUSÃO

A doação em dinheiro por pessoa física para fins públicos é uma das formas de financiamento privado que merece ser aprimorada porque importante ao interesse comum.

Considerando o estudo de direito comparado, é possível verificar que nos Estados Unidos, as estruturas de incentivo a doação são mais transparentes que no Brasil até porque centralizadas no IRS, assim como a normativa encontra-se disciplinada no IRC. As doações são realizadas por intermédio da sistemática do próprio IRS para demonstração na declaração do imposto de renda. É possível dizer, portanto, que as doações em dinheiro são diretamente realizadas para a entidade beneficiária. Veja que a própria certificação das entidades beneficiárias e a possibilidade de revogação são centralizadas pelo IRC. Diferente do que ocorre no Brasil, em que os projetos são aprovados e processados nos Ministérios competentes, ao passo que as certificações como OS e OSCIP são, pelo Ministério da Justiça.

No Brasil, a estrutura que sustenta os benefícios fiscais para o doador ainda está se desenvolvendo a cada dia. Não há homogeneidade de tratamento na esfera federal. Consta uma fragmentação de normas organizadas por assunto, logo, a doação para a cultura recebe tratamento diferenciado daquela destinada a saúde. Cada uma delas é estruturada pelo Ministério competente, logo, o doador somente poderá auferir os benefícios se o projeto for credenciado e aprovado pelo Ministério da Cultura. Esse quadro gera uma concorrência entre os envolvidos, de modo que hoje no Brasil pode ser considerado “mais vantajoso” ou mais “lucrativo” a doação para a cultura.

O ordenamento jurídico brasileiro convive, portanto, com vários subsistemas de incentivo que não se comunicam, além e dificultar o conhecimento dos doadores de modo geral. As vantagens fiscais para o doador no Brasil variam de 1% a 6% do abatimento do imposto de renda

devido, o que é muito pequeno, tornando o sistema brasileiro maquiado e pouco vantajoso.

É possível, todavia, observar dois aspectos que dialogam entre si nos subsistemas: o primeiro diz respeito à cumulatividade de benefícios porque no Brasil a lei estabeleceu um teto coletivo de 6% que envolvem os fundos da criança e do adolescente, a proteção ao idoso, as atividades do audiovisual, os projetos sobre cultura, o desporto e o paradesporto, além do PRONAS/PRONAS. O doador que destinar o dinheiro a essas finalidades somente poderá abater do IR até 6%, certamente, o que inibe a cultura da doação, além de torná-la muito menos atrativa.

O segundo aspecto diz respeito à exigência legal da presença da lei de incentivo para que o doador afigure os benefícios, pois é preciso que seja destinada ou aos fundos ou aos projetos. Interessante observar que no Brasil a doação direta de pessoa física para entidade do terceiro setor não recebe incentivo. Certamente, isso também desestimula as doações por pessoas físicas.

Não obstante essa pesquisa seja direcionada apenas a pessoa física e à doação em dinheiro, veja que no Brasil, o art. 13, § 2º, III, da Lei 9.249/95 permite benefícios fiscais no IR e na CSLL unicamente para doações realizadas por pessoas físicas. Daí a sugestão em modificar essa norma para que seja incluída a possibilidade de auferir a vantagem fiscal também por doações em dinheiro da pessoa física, o que, por óbvio, favoreceria a cultura da doação.

A abordagem de direito comparado aqui permite estudar os dois sistemas de incentivo à doação em paralelo, mas não importar modelos, sem a análise crítica que a realidade de cada um dos países requer. Nos Estados Unidos, o doador pode deixar de pagar até metade do imposto de renda devido, o que não ocorre no Brasil.

Ao longo da pesquisa, a doação está sempre presente, o que exige uma análise desse contrato por ocasionar efeitos de direito financeiro. No

Brasil, a doação é contrato de direito civil gratuito no qual uma pessoa transfere por mera liberalidade uma parte de seu patrimônio para o de outrem, sem auferir vantagens. Conclui-se que a doação hoje se apresenta com novas nuances que envolvem, não apenas os benefícios fiscais ao doador, como também a natureza pública do dinheiro. Com isso, propõe-se a doação de direito público.

Também como instrumento para instigar a cultura da doação, a proposta de um novo instituto para essa sistemática homogênea necessária à estrutura jurídica, a doação de direito público.

É uma doação de origem privada com finalidade pública. O ato de doar decorre de mera liberalidade, portanto, deve existir o *animus donandi*.

O donatário é sempre o Estado que incentiva o financiamento de fins públicos por meio das leis de incentivo. A destinação do valor é afeta à finalidade pública de acordo com a lei de incentivo utilizada. Se a doação foi para o fundo da criança e do adolescente, não poderá, ser utilizada para pagamento de despesas correntes. Ou, ainda, caso tenha sido direcionada para algum projeto de paradesporte aprovado pelo respectivo Ministério, também não poderá ser destinada para outra finalidade. É o tipo de destinação do valor previsto no subsistema da lei de incentivo que vincula o recurso público à sua finalidade.

Veja que há uma relativização na gratuidade ínsita ao contrato de doação. Esse incentivo, no caso das pessoas físicas, é o abatimento do imposto de renda. Logo, o doador, na doação de direito público, terá uma contrapartida do Estado que envolve uma relação tributária, portanto, uma vantagem fiscal.

A partir do momento que existe a transferência do dinheiro do investidor social para o Estado, passa ser recurso público, conseqüentemente, sujeito à prestação de contas.

Por fim, como forma de incentivar a cultura da doação no Brasil, algumas propostas. A compilação em um instrumento normativo de todos os mecanismos que sustentam os incentivos fiscais à doação por pessoa física no Brasil na esfera federal. Consequentemente, a inserção da doação de direito público como nova perspectiva do negócio jurídico, considerando a relativização da gratuidade.

REFERÊNCIAS

- ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia da pesquisa em Direito. Recife, *Anuário dos cursos de pós-graduação em Direito da UFPE*, v. 8, n. 8, p. 201-24, 1997.
- ADORNO, Sergio; MESQUITA, Myriam. Direitos humanos para crianças e adolescentes: o que há para comemorar? In AMARAL JUNIOR, Alberto do; PERRONE-MOISES, Claudia. *O cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.
- AGUIAR, Afonso Gomes. *Tratado da gestão fiscal*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.
- ALÉM da organização de eventos para identificar a forma mais adequada de captação de recursos. Disponível em: <http://www.flac2011.com.br/tabela_salas.html>. Acesso em: 1º out. 2011.
- ALEXY, Robert. *Teoría de los derechos fundamentales*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2001.
- ALMEIDA, Cândido José Mendes de. Fundamentos do marketing cultural. In: ALMEIDA, Cândido José M. de; DA-RIN, Sílvio (org.). *Marketing cultural ao vivo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992. p. 9-21.
- ALMEIDA, Francisco Carlos Ribeiro. A renúncia de receita como fonte alternativa de recursos orçamentários. *Revista do Tribunal de Contas da União. R. TCU*, Brasília. v. 32, n 88, p. 54-63, abr.-jun. 2001.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Tradução Maria Laura V. de Casto; Walter José Evangelista. 11. ed. São Paulo: Graal Editora. 2010.
- ALVIM NETTO, José Manuel de Arruda. A função social dos contratos no novo Código Civil. Disponível em: <<http://www.novodireitocivil.com.br>>. Acesso em: 1º out. 2014.
- AMARAL, Gustavo. *Direito, escassez & escolha*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- AMARO, Luciano. *Direito tributário brasileiro*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

- AMBIEL, Carlos Eduardo. Arts. 215 e 216. In: BONAVIDES, Paulo. Jorge Miranda. Walber de Moura Agra. (Coord.) *Comentários a Constituição Federal*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009.
- AOQUI, Carlos. Cultura antilucro limita a atuação de empresas sociais no Brasil. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u708983.shtml>>. Acesso em: 1º out. 2011.
- APRILL, Ellen R. Reforming the Charitable Contribution Substantiation Rules. New York University. Disponível em: <<http://www1.law.nyu.edu/ncpl/resources/documents/Steuerle-TheCharitableDeductionPolicyandAnalysis.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2014.
- ARAMAYO, María Silvia Velarde. *Beneficios e minoraciones em derecho tributário*. Madrid: Marcial Pons, 1997.
- ARIÑO ORTIZ, Gaspar. El retorno a lo privado: ante una nueva encrucijada histórica. In: _____. (Org.). *Privatización y Liberalización de servicios*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1999.
- _____. *Principios de derecho público econômico: modelos de Estado, gestión pública, regulación económica*. Granada: Comares, 1999.
- ATALIBA, Geraldo. *Hipótese de incidência tributária*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- _____. Justiça formal. Justiça substancial e traços diferenciais entre ciência das finanças e direito financeiro. Noções de direito tributário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1964.
- _____. *Sistema Constitucional tributário brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.
- _____. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- BACELLAR, Regina Maria Bueno. *Sustentabilidade do terceiro setor: uma visão de progresso*. Curitiba: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná, 2006. Comissão Terceiro Setor. (Coleção Comissões. vol. IV.)

- BALDRATI, Breno. Por que o brasileiro não doa? *Gazeta do Povo*. Em 15.08.2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=1035865&tit=Por%ADque%ADo%ADbrasileiro%ADnao%ADdoa>>. Acesso em: 1º out. 2011.
- BALEEIRO, Aliomar. *Limitações constitucionais ao poder de tributar*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.
- BALEEIRO, Aliomar. *Uma introdução a ciência das finanças*. 17 ed. Rio de Janeiro, 2010.
- BALEEIRO, Aliomar. *Uma introdução a ciência das finanças*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- BARROS, Laura Mendes Amando de. *O foment e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em São Paulo*. Dissertação (Mestrado). Prof. orientador. Dr. Gustavo Justino de Oliveira. Faculdade de Direito. São Paulo. 2012.
- BARROSO, Luis Roberto. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva. 2009.
- BECHO, Renato Lopes. *Lições de direito tributário: teoria geral e constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BECKER, Alfredo Augusto. *Teoria geral do direito tributário*. 3. ed. São Paulo: Lejus, 2002.
- BECKER, Alfredo Augusto. *Teoria geral do direito tributário*. 4. ed. São Paulo: Noeses, 2007. p. 653-656.
- BEKKERS, René; WIEPKING, Pamela. *A literature review of empirical studies of philanthropy: Eight mechanisms that drive charitable giving*. Center for Philanthropic Studies, Faculty of Social Sciences, VU University Amsterdam De Boelelaan 1081, 1081 HV Amsterdam the Netherlands. Disponível em: <http://dare2.uvu.vu.nl/bitstream/handle/1871/33145/Bekkers_Wiepkling_11_NVSQ_postprint.pdf?sequence=2>. Acesso em: 23 maio 2014.
- BERCOVICI, Gilberto. Política econômica e direito econômico. *Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico – RFD FE*. I. Belo Horizonte, ano 01, número 01, p. 199-214, mar. 2012.

BERCOVICI, Gilberto. MASSONETO, Luís Fernando. *A Constituição Dirigente Invertida: a blindagem da Constituição Financeira e a Agonia da Constituição Económica*. Separata do Boletim de Ciências Econômicas: Coimbra, 2006.

BHW Anesthesia Foundation vs Commissioner. LEAGLE. <http://www.leagle.com/decision/197975372bgtc681_1695.xml/B.H.W.%20ANESTHESIA%20FOUNDATION,%20INC.%20v.%20COMMISSIONER>. Acesso em: 1º maio 2014.

BICCA, Luiz. *Racionalidade moderna e subjetividade*. São Paulo: Loyola, 1997. (Coleção Filosofia – 43).

BILL & MELLINA GATES FOUNDATION. Disponível em: <<http://www.gatesfoundation.org/>>. Acesso em: 3 jun. 2014.

BITTKER, B.I.; RAHDERT, G.K. *The Exemption of Nonprofit Organizations from Federal Income Taxation from Federal Income Taxation*. *Yale Law School Faculty Scholarship Series*, 1976.

BOBBIO, Norberto. *As ideologias e o poder em crise*. 4. ed. Brasília: UnB, 1999.

_____. *As sanções positivas*. Da estrutura à função: novos estudos da teoria do direito. Trad. Daniela B. Versiani. Barueri: Manole, 2007.

_____. *Estado, Governo e Sociedade: por uma teoria geral da política*. Disponível em: <ftp://ftp.unilins.edu.br/leonides/Aulas/Ci_ncia%20Pol_tica%20-%20I/Norberto%20Bobbio%20-%20Estado,%20governo,%20sociedade%20-%20Para%20uma%20teoria%20geral%20da%20pol_tica.pdf>. Acesso em: 1º abr. 2013. p. 35-36.

_____. *Da estrutura à função: novos estudos de teoria do direito*. Trad. Daniela BaccacciaVersani. Barueri-SP: Manole, 2007.

BONAVIDES, Paulo. *Do Estado liberal ao Estado social*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

BORDA, Guillermo. *Manual de contratos*. 19. ed. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 2000.

- BORGES, Alice Gonzalez. Supremacia do Interesse Público: Desconstrução ou Reconstrução? *Revista de Direito do Estado*, n. 21. Edição Especial. 05 anos de Revista de Direito do Estado. Rio de Janeiro: Renovar, jan.-dez. 2011.
- BORGES, Jorge Souto Maior. *Introdução ao direito financeiro*. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 1998.
- _____. *Isonções tributárias*. 2. ed. São Paulo, Sugestões Literárias, 1980.
- _____. *Introdução do direito financeiro*. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 1998.
- BORRÁS, Gabriel Giampietro. *Incentivos tributários para el desarrollo*. Buenos Aires: Depalma, 1976.
- BOVBJERG, Randall R. Marsteller, Jill A. Nichols, L.M. Nonprofit conversion: theory, evidence, and state policy options. *Health Services Research*, v. 5, p. 1–18, 1998.
- BRANCO, Vera Sylvia Venegas Falsetti. *Além das boas intenções: benefícios fiscais, regulamentação e “accountability” dos provedores filantrópicos numa perspectiva comparada*. Dissertação no curso de pós-graduação da FGV/EAESP. Mestrado (Administração Pública). São Paulo, 2000. Orientador: Dr. Leonardo Fernando Basso.
- BRASIL, IBGE, FASFIL. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/>>. Acesso em: 3 out. 2012.
- BRODY, E. The Board of Nonprofit Organizations: Puzzling Through the Gaps Between Law and Practice. *Fordham Law Review*, v. 76, n. 2, p. 521–566, 2007.
- BUCKLES, Johnny Rex. The Case for the Taxpaying Good Samaritan: Deducting Earmarked Transfers to Charity Under Federal Income Tax Law, *Theory and Policy*, 70 Fordham L. Rev. 1243 (2002). Available at: <<http://ir.lawnet.fordham.edu/flr/vol70/iss4/4>>.
- CALABRESI, Guido; BOBBIT, Philip. *Tragic choices*. London: Norton, 1978.
- CARRAZZA, Roque Antonio. *Curso de direito constitucional tributário*. Malheiros: Rio de Janeiro, 1993.

_____. *Curso de direito constitucional tributário*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. *O sujeito ativo da obrigação tributária*. São Paulo: Resenha Tributária, 1977.

CARRIÓ, Genaro. *Notas sobre derecho y lenguaje*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1972.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. _____. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CASSAGNE, Juan Carlos. *Derecho administrativo*. 7. ed. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 2002. t. 2.

CASSESE, Sabino. *La arena pública: nuevos paradigmas para el Estado*. In: _____. *La crisis del Estado*. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 2003.

CHANG, Joannie; GOLDBERG, Jennifer I; SCHRAG, Naomi J. *Topics in Philanthropy: Cross-border Charitable Giving*. New York University School of Law. The National Center on Philanthropy and the Law, 1996.

CHARITABLE giving and tax policy: a historical and comparative perspective. Conference Volume. CEPR conference. Maio 2012. Paris School of Economics. Editors Gabrielle Fack and Camille Landais. Disponível em: <file:///C:/Users/Luma%20pc/Downloads/full_volume.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2014.

CHARITIES AID FOUNDATION. Disponível em: <https://www.cafonline.org/images/CAF_WGF_Infographic.png>. Acesso em: 1º jun. 2014.

CHARLES CHOTFLETER – *The Economics of Giving*. Disponível em: <<http://philvol.sanford.duke.edu/documents/giving.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CHUECOS, Montserrat Casanellas. *El nuevo régimen tributario del mecenazgo*. Madrid: Ediciones Jurídicas y Sociales Marcial Pons, 2003.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Curso de direito tributário brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

_____. *Curso de direito tributário brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

_____. *Teoria geral do tributo e da exoneração tributária*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003

_____. *Teoria geral do tributo, da interpretação e da exoneração tributária*. 3. ed. São Paulo. Dialética, 2003.

_____. *Comentários à Constituição de 1988: Sistema Tributário*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

COLINVAUX, Roger. GALLE, Brian. STEUERLE, Eugene. The Charitable Deduction: policy and analysis. Disponível em: <<http://www1.law.nyu.edu/ncpl/resources/documents/Steuerle-TheCharitableDeductionPolicyandAnalysis.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2014.

COLOMBO, John D. The Marketing of Philanthropy and the charitable contributions deduction: integrating theories for the deduction and tax exemption. *Wake Forest Law review*, v. 36, p. 657-703, 2001.

_____. Private Benefit: What Is It – and What Do We Want It To Be? New York University, 2011. Disponível em: <<http://www1.law.nyu.edu/ncpl/resources/documents/JohnColomboFormattedNCPLPaper2011.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2014.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. Disponível em: <<http://www.cepal.org/celade/noticias/paginas/5/32095/Brasil.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

COMPARATO, Fabio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. *Educação, Estado e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COMPLIANCE GUIDE FOR NONPROFIT ORGANIZATIONS. Legal and Tax Materials for Nonprofit Administration. Compiled by Judah I. Kupfer, Esq. ©

2011 Judah I. Kupfer. First Edition, December 2011. Disponível em: <http://www.youngisrael.org/content/PDFs/Rabbinic/nonprofit_booklet_v11Kupfer.pdf>.

CONTI, José Maurício. *Federalismo fiscal e fundos de participação*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001. v. 1.

_____. Planejamento e responsabilidade fiscal. In: SCAFF, Fernando Facury et al. (Coord.). *Lei de Responsabilidade Fiscal: 10 anos de vigência: questões atuais*. Florianópolis: Conceito, 2010.

CORNELL UNIVERSITY LAW SCHOOL. Legal Information Law School. US Constitution. Disponível em: <<http://www.law.cornell.edu/constitution>> Acesso em: 1º jun. 2014.

CORREA, Walter Barbosa. Incidência. Não incidência. Isenção. São Paulo: IBDT. Resenha Tributária, 1975.

CORREIA NETO, Celso de Barros. *O avesso do tributo*. Incentivos e renúncias fiscais no direito brasileiro. Tese doutorado em direito econômico, financeiro e tributário. São Paulo, 2012.

_____. *O avesso do tributo: incentivos e renúncias fiscais no direito brasileiro*. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2012.

COSTA, Marília Maciel. Esporte de Alto Rendimento – produção social da modernidade – o caso do vôlei de praia. *Revista Sociedade e Estado*, v. 22, n. 1, p. 35-69, Brasília, jan.-abr. 2007.

COSTA, Regina Helena. *Curso de direito tributário*. São Paulo, 2009.

_____. *Imunidades Tributárias*. São Paulo: Malheiros: 2006.

COUTINHO, Diogo Rosenthal. Entre eficiência e equidade: a universalização das telecomunicações em países em desenvolvimento. In: *Revista DireitoGV*, v. 1, n. 2, jun.-dez. 2005.

CRUZ, Flávio da et al. (Coord.). *Lei de Responsabilidade Fiscal comentada*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

- CUNHA, Rogério Sanches; LEPORE, Paulo Eduardo; ROSSATO, Luciano Alves. *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- CURY, Munir; SILVA, Antônio Fernando do Amaral; MENDEZ, Emílio García (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. 3. ed. rev. atual. São Paulo, Malheiros, 2001.
- DALE, Harvey. *Charitable contributions deductions*. Disponível em: <www.nyu.edu/projects/hdale/charitable%20contributions%20deductions.pdf> Acesso em: 4 abril 2014.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos da teoria geral do Estado*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- _____. O direito da criança ao respeito. São Paulo. *Summus*, Série Novas Buscas em Educação, v. 28, 1986.
- DANTAS, Ivo. O Direito Comparado – formação histórica, métodos e técnicas de pesquisa. Recife, *Anuário dos cursos de pós-graduação em Direito da UFPE*, Recife, v. 8, n. 8, p. 167-99, 1997.
- DE LA RIVA, Ignacio. *Ayudas públicas*. Incidencia de la intervención estatal en el funcionamiento del mercado. Buenos Aires: Hammurabi, 2004.
- DEMO, Pedro. *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez. Instituto Paulo Freire, 2002.
- DIAS, Maria Tereza Fonseca. *Terceiro Setor e Estado: legitimidade e regulação*. Belo Horizonte: Forum, 2008.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel – A infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. 19. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- DINIZ, Gustavo Saad. *Direito das fundações privadas*. Porto Alegre: Síntese, 2000.
- _____. Incentivos Fiscais a Cultura através da Isenção Parcial de Imposto de Renda Concedida pela Lei n. 8.313/91. *Revista de Estudos Tributários*, n. 12, p. 148-158, mar.-abr. 2000. P. 148-158.

DIVISÃO DE INFORMAÇÕES E RELAÇÕES EXTERNAS DO FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/biblioteca/publicacoes/populacao/633-envelhecimento-no-seculo-xxi-celebracao-e-desafio>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

DODGE, Joseph M. Estate & Gift Tax. Case note Lae Outlines. Casenotes Publishing CO, INC. USA. 2000.

DUARTE, E.; WERNER, T. Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências. *Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância*. Rio de Janeiro: UGF, 1995. v. 3.

DUARTE, Rui Pinto. Uma Introdução do Direito Comparado. Disponível em: <<http://www.rpdadvogados.pt/pdf/pb/DireitoComparado.pdf>>. Separata da *Revista O Direito IV*. Almedina. 2006. Acesso em: 20 ago. 2014.

DUF, David G. Tax Treatment of Charitable Contributions in Canada: Theory, Practice, and Reform. Disponível em: <<http://digitalcommons.osgoode.yorku.ca/cgi/viewcontent.cgi?article=1389&context=ohlj>>. Volume 42, Number 1 (Spring 2004) Article 2. Acesso em: 25 maio 2014.

EECKER, Wilfried. Ética na Economia: da economia clássica ao liberalism. *Síntese Nova Fase*. Belo Horizonte, v. 25, n. 82, p. 329-349, 1998.

ELIAS, Roberto João. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Saraiva, 1994.

ELIAS, Roberto João. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FACEBOOK. Dia de doar. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/diadedoar>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

FALCÃO, Raimundo Bezerra. *Tributação e mudança social*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

FARACO, Alexandre Ditzel; COUTINHO, Diogo Rosenthal. Regulação de indústrias de rede: entre flexibilidade e estabilidade. *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 2, abr.-jun. 2007.

- FARO, Julio Pinheiro. Solidariedade e Justiça Fiscal: uma perspectiva diferente sobre a concretização de direitos a partir do dever de pagar impostos. *Revista de Direito Constitucional e Internacional* 2012. RDCI81. P. 230/270.
- FERNANDES, Rubem Cesar. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2002.
- FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- _____. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 6. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.
- FERRAZ, Roberto Catalano Botelho. (Coord.). *Princípios e limites da tributação*. São Paulo: Quartier LATIN, 2005.
- FERREIRA, Sergio de Andréa. As organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público: considerações sobre seu regime jurídico. *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, . 217, p. 105-118, jul.-set. 1999.
- FindLaw. For Legal Professionals. US Supreme Court. Opinions. Cases in volume 63. Caso *Commissioner vs Durberstein*. Disponível em: <<http://caselaw.lp.findlaw.com/scripts/getcase.pl?court=us&vol=363&invol=278>>. Acesso em: 15 maio 2014.
- FISCHER, Rosa Maria. *O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor*. São Paulo: Gente, 2005.
- FOSS, Maria Carolina. *Análise jurídica da promoção da inovação tecnológica no setor brasileiro de tecnologias da informação e comunicação*. Dissertação depositada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em direito. Orientador Newton Silveira. Faculdade de Direito. USP. 2013.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes et. al. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 37. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

- FRANCISCO, José Carlos. Art. 195. In BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura (Coord.). *Comentários à Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- FRANCO NETO, Georgenor de. *As bases constitucionais do dever do Estado de promover a cultura – Aspectos Gerais*. Suplemento Trabalhista. LTR. São Paulo. 2006. Ano 42. P. 617/622
- FREUD, Sigmund. O mal estar da civilização. Rio de Janeiro: Imago, 1996. vol. XXI.
- FRUMKIN, Peter. *On Being Nonprofit: a conceptual and policy primer*. Cambridge, Massachusetts; London, England, Harvard University Press, 2002.
- FUNDACIÓN VICENTE FERRER. Disponível em: <<http://www.fundacionvicenteferrer.org/es/origen-de-los-recursos>>. Acesso em: 1º out. 2011
- GAGLIANO, Pablo Stolze. *O contrato de doação: análise crítica do atual sistema jurídico e seus efeitos no direito de família e sucessões*. 2. ed. São Paulo: Sariva, 2008.
- GALDINO, Flávio. *Introdução à Teoria dos custos dos direitos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- GARCIA FILHO, José Carlos Cal. Serviço público e direitos fundamentais. *Revista de Direito do Estado*. Rio de Janeiro: Renovar, n. 16, out.-dez. 2009.
- GAUDIN, Jean-Pierre. *Gouverner par contrat: l'action publique em question*. Paris: Presses de Sciences Politiques, 1999. p. 14.
- GERGEN, M.P. The Case for a Charitable Contributions Deduction. *Virginia Law Review*, v. 74, p. 1393–1450, 1988. Disponível em: <<http://scholarship.law.berkeley.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2469&context=facpubs>>. Acesso em: 24 maio 2014.
- GERONE, Acyr de. As organizações religiosas e o terceiro setor. *Revista de Direito do Terceiro Setor. RDTs*. Belo Horizonte, ano 2, n 3, p. 61-85, jan/jun 2008.

- GIANETTI, Eduardo. *Vícios privados. Benefícios públicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- GIVING TUESDAY. Disponível em: <<http://www.givingtuesday.org/>>. Acesso em: 30 ago. 2014.
- GIVING USA FOUNDATION. *Giving USA 2012: The Annual Report on Philanthropy for the Year 2011, Executive Summary*, 2012.
- GOMES, Orlando. *Contratos*. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- GÓMEZ, Manuel Herrera. La especificidad organizativa del tercer setor: tipos y dinamicas. *Papers* 56, 1998. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/papers/article/viewFile/25521/25355>. Acesso em 24 de maio de 2014.
- GRAMEEN CREATIVE LAB. Disponível em: <<http://www.grameencreativelab.com/>>. Acesso em: 1º out. 2014.
- GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição Federal de 1988*. 9 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- GREENE, Pamela; McCLELLAND, Robert. Congressional Budget Office, Washington, DC 20515. *National Tax Journal*. Vol. LIV, No. 3. Taxes and Charitable Giving. Disponível em: <[http://ntj.tax.org/wwtax/ntjrec.nsf/8C63888EDF9C976285256B4B00667CD2/\\$FILE/v54n3433.pdf](http://ntj.tax.org/wwtax/ntjrec.nsf/8C63888EDF9C976285256B4B00667CD2/$FILE/v54n3433.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2014.
- _____; _____. Taxes and Charitable Giving. Congressional Budget Office, Washington, DC 20515. *National Tax Journal*, v. LIV, n. 3, 1997. Disponível em: <[http://ntj.tax.org/wwtax/ntjrec.nsf/8C63888EDF9C976285256B4B00667CD2/\\$FILE/v54n3433.pdf](http://ntj.tax.org/wwtax/ntjrec.nsf/8C63888EDF9C976285256B4B00667CD2/$FILE/v54n3433.pdf)>.
- GREEPEACE. Disponível em: <<https://donate.greenpeace.org/hpp/pay.shtml>>. Acesso em: 12 jun. 2014.
- GRUPENMACHER, Betina Treigner. Responsabilidade fiscal, renúncia de receitas e guerra fiscal. In: SCAFF, Fernando Facury et al. (Coord.). *Lei de*

Responsabilidade Fiscal: 10 anos de vigência: questões atuais. Florianópolis: Conceito, 2010.

HANSMANN, H. The effect of tax exemption and other factors on the market share of nonprofit versus for profit firms. *National Tax Journal*, v. XL, p. 71–82, 1984.

HARADA, Kiyoshi. *Direito financeiro e tributário*. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

_____. Incentivos Fiscais em face da lei de responsabilidade fiscal. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; ELALI, André; MARCELO, Magalhães (Coord.). *Incentivos fiscais*. São Paulo: MP, 2007.

_____. Lei de Responsabilidade Fiscal: Requisitos para Concessão de Incentivos Tributários. *Revista Brasileira de Direito Tributário* n 28. Set/iut 2011. P. 76/82

HARDING Hospital vs United States. Leagle. Disponível em: <http://leagle.com/decision/19731163358FSupp805_11055.xml/HARDING%20HOSPITAL,%20INC.%20v.%20UNITED%20STATES>. Acesso em: 1 maio 2014.

HELPAGE INTERNATIONAL. Disponível em: <<http://www.helpage.org/global-agewatch/population-ageing-data/country-ageing-data/?country=Brazil>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

HENRIQUES, Elcio Fiori. *O regime do gasto público brasileiro*. Mestrado. USP. Prof. Regis Fernandes de Oliveira. 2009.

HESSE, Konrad. *A força normativa da Constituição*. Tradução Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991.

HOLMES JR, Oliver Wendell. *The Commom Law*. Boston: Dover, 2014.

HOLMES, Stephen; SUNSTEIN, Cass R. *The cost of rights – why liberty depend on taxes*. New York: W.W. Norton & Company, 1999.

HOPKINS, Bruce R. Non Profit Law Center. Disponível em: <http://www.nonprofitlawcenter.com/resDetails.php?item_ref=226>. Acesso em: 29 jan. 2014.

- HORA NETO, João. O princípio da função social do contrato no código civil de 2002. *Revista de Direito Privado*, n 14, p. 44, São Paulo: Revista dos Tribunais, abr.-jun. 2002.
- HUME, David. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. 2. reimp. São Paulo: UNESP, 2005.
- HUTINGTON, Samuel. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- INCENTIVO fiscal é pouco utilizado. *Folha de S. Paulo*. Dinheiro. B9. 25 de julho de 2006.
- INSTITUTO Ayrton Senna que se dedica a uma educação de qualidade em todo o Brasil. Disponível em: <<http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/programas/>>. Acesso em: 1º out. 2011.
- INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL. IDIS. Brasil realiza Dia de Doar para incentivar a cultura da doação. Disponível em: <<http://www.idis.org.br/acontece/noticias/brasil-realiza-dia-de-doar-para-incentivar-a-cultura-da-doacao/view>>. Acesso em: 30 ago. 2014.
- INTERNAL REVENUE SERVICE, 2012 *Data Book*, p. 56. Disponível em: <<http://www.irs.gov/pub/irs-soi/12databk.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2014.
- IRS. Disponível em: <<http://www.irs.gov/pub/irs-pdf/p526.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2014.
- JACOBS, R.N. Narrative and Legitimacy: U.S. Congressional Debates about Nonprofit Sector. *Sociological Theory*, v. 25, p. 1–25, 2007.
- JELLINEK, Georg. *Teoria general del Estado*. Granada: Comares, 2000.
- JESSEN, Henry. *Direitos intelectuais*. Rio de Janeiro: Itaipu, 1967.
- JOINT COMMITTEE ON TAXATION. PRESENT LAW AND BACKGROUND RELATING TO THE FEDERAL TAX TREATMENT OF CHARITABLE CONTRIBUTIONS. Disponível em:

<<https://jct.gov/publications.html?func=startdown&id=4506>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

JOYAUX, Simone P. *Strategic Fund Development*. Third Edition. USA, 2012.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LAPATZA, J. J. Ferreiro. Derecho financiero: dinero público y política fiscal. *Revista de Direito Tributario* 100/79-85.

LEDERMAN, Leandra. *Equity and the Article I Court: Is the Tax Court's Exercise of Equitable Power Constitutional*, 5 FLA. TAX REV. 356 (2001).

LEGAL INFORMATION INSTITUTE. Cornell University Law School. Bob Jones vs United States of América. Disponível em: <<http://www.law.cornell.edu/supremecourt/text/461/574>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

LEITE, Nelson Filho. *Da incidência e não incidência: isenção e imunidades*. 10. ed. Campinas: Ed. Universitária de Direito, 1986.

LEONETTI, Carlos Araújo. *O imposto sobre a renda como instrumento de justiça social no Brasil*. São Paulo: Manole, 2003.

LEWIS, Sandra Aparecida Lopes Barbon. Terceiro setor. Políticas públicas e tributação. *Revista de Direito do Terceiro Setor. RDTs*. Belo Horizonte, ano 1, n 1, p. 73-95, jan.-jun 2007.

LIST, J.A. American Economic Association The Market for Charitable Giving The Market for Charitable Giving. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 25, n. 2, p. 157-180.

LIMA, Carolina Caiado. *O convênio administrativo colaborativo para a transferência de recursos públicos a entidades privadas sem fins lucrativos como instrumento dos mecanismos diretos de fomento público*. Mestrado. Dissertação. USP. Profa. Dr. Odete Medauar. 2010.

LIST, J.A. American Economic Association The Market for Charitable Giving The Market for Charitable Giving. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 25, n. 2, p. 157–180,

- _____. The Market of charitable Giving. The Journal of Economic Perspective. Vol. 25. N 02. Spring. 2011. p. 157-180. Disponível em: <www.jstor.org.br/stable/23049458>.
- LOMBRA, Gabrielle. Pessoas físicas poderão doar dinheiro para o Rio-2016, sem valor mínimo. Globo Esporte. 01.09.2011. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2011/09/pessoas-fisicas-poderao-doar-dinheiro-para-rio-2016-sem-valor-minimo.html>>. Acesso em: 9 out. 2011.
- LORENZETTI, Ricardo Luis. *Tratado de los contratos*. Rubinzal: Culzoni Editores, 1999. t. III.
- LUNARDELLI, Regina Andrea Accorsi. *Tributação do terceiro setor*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.
- MACHADO, Martha de Toledo. *A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos*. Barueri, SP: Manole, 2003.
- MARCILIO, M. L. *A lenta construção dos direitos da criança brasileira – século XX*. São Paulo: Comissão de Direitos Humanos. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.2.ibam.org.br/municipiodh/biblioteca%2FArtigos/crianca.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2008.
- MARTINS, Danilo Ribeiro Miranda. O mecanismo de incentive fiscal da Lei Rouanet. *Forum Administrativo-FA*. Belo Horizonte. Ano 10. N 114. P. 37-41. Ago. 2010.
- MARTINS, Guilherme Waldemar D'Oliveira. *Despesa Fiscal e orçamento do Estado no ordenamento jurídico português*. Coimbra: Almedina, 2004.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva. Impossibilidade de exigência de imposto de renda sobre doação em dinheiro. *Revista Dialética de Direito Tributário*, n. 43, p. 154/163.
- _____. Incentivos onerosos e não onerosos na lei de responsabilidade fiscal. In: SCAFF, Fernando Facury et al. (Coord.). *Lei de Responsabilidade Fiscal: 10 anos de vigência: questões atuais*. Florianópolis: Conceito, 2010.
- _____. *O Sistema Tributário na Constituição* 6. ed. São Paulo: Sariva, 2007.

- MARTINS, Marcelo Guerra. Renúncia de receita como gasto tributário e a Lei de Responsabilidade Fiscal. *Revista Forum de Direito Financeiro e Economico. RFDPE*. Coordenação Regis Fernandes de Oliveira. Fernando Facury Scaff. Ano 02. N. 02. set. 2012 – fev. 2013. Publicação semestral.
- MARTINS, Marcelo Guerra. Renúncia de Receita como Gasto Tributário e a Lei de Responsabilidade Fiscal. *Revista Forum de Direito Financeiro e Economico. RFDPE*. Coordenação Regis Fernandes de Oliveira. Fernando Facury Scaff. Ano 02. N. 02. set. 2012 – fevereiro/2013. Publicação semestral. p. 51-67.
- MATIAS-PEREIRA, José. *Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MAURO, José Eduardo Marques; NAVES, Rubens. Terceiro setor e suas perspectivas. *Cadernos de Pesquisa da Universidade de Caxias do Sul*, v. 7, n 2, p. 40, 1999.
- MAYNEZ, Eduardo Garcia. *Introducción al estudio del derecho*. 18. ed. México: Porrúa, 1971.
- MCCAFFERY, Edward. J. *Income Tax Law. The Oxford Introductions to U.S. Law*. Oxford University Press, 2012.
- MCKINSEY. Um incentivo às doações. *Revista VEJA*. São Paulo: Abril, 3 de novembro de 2010.
- McNULTY, J.K. Public Policy and private charity: A Tax policy perspective. *Virginia Tax Review*, v. 3, p. 229–253,
- MÉDICO SEM FRONTEIRAS. Disponível em: <http://www.msf.org.br/conteudo/146/por-que-ser-um-doador-sem-fronteiras?/> Acesso em: 09 nov. 2012.
- MÉDICO vence prêmio de empreendedor social. *Folha de S. Paulo*. TV Folha. 26 nov. 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/836491-medico-vence-o-premio-empresendedor-social-veja-trechos-da-premiacao.shtml>

- MELO FILHO, Alvaro. Incentivos fiscais para o desporto. Lei n. 7752/89. *Revista de Informação Legislativa*, ano 6, n 104, p. 105 a 120, Brasília, out.-dez. 1989.
- MELO, José Eduardo Soares. *Contribuições sociais no sistema Tributário*. Malheiros: Rio de Janeiro, 1995.
- _____. *Curso de direito tributário*. 9. ed. São Paulo: Dialética, 2010.
- MENDONÇA, Fabiano André de Souza. *Direito comparado: objeto do direito*. Disponível em: <<http://www.revistaunirn.inf.br/revistaunirn/index.php/revistaunirn/article/viewFile/32/35>>. Acesso em: 20 ago. 2014.
- MENDONÇA, José Vicente Santos. Uma teoria em prol do fomento público democrático, eficiente e não paternalista. *Revista da Procuradoria Geral*, n. 65, p. 135, Rio de Janeiro, 2010.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A CULTURA. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/aceso-a-informacao/programas-e-acoas/programa-nacional-de-apoio-a-cultura/>> Acesso em: 30 set. 2012.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. SECRETARIA DO AUDIOVISUAL. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/audiovisual/numeros/>>. Acesso em: 13 out. 2012.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Manual das Entidades sociais*, 2007.
- MINISTÉRIO DO ESPORTE. LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/leilncentivoEsporte/altoRendimento.pdf>>.
- MODESTO, Paulo. O direito administrativo do terceiro setor e a aplicação do direito público às entidades privadas sem fins lucrativos. In: Paulo Modesto. Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Junior. Terceiro Setor e Parcerias na área de Saúde. Belo Horizonte. Editora Fórum. 2011.
- _____. Reforma do Estado, formas de prestação de serviço público e parcerias público-privadas. In: OSORIO, Fábio Medina; SOUTO, Marcos Juruena Vilela (Org.). *Direito administrativo: estudos em homenagem a Diogo Figueredo Neto*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

- _____. Reforma do marco legal do terceiro Setor no Brasil. *Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado*, Salvador, n. 5, mar.-maio 2006. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-5-MARÇO-2006-PAULO%20MODESTO.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2012.
- MOLESTINA, Eduardo Pólit. *Derecho financeiro y política fiscal*. Disponível em: <http://www.usfq.edu.ec/publicaciones/lurisDictio/archivo_de_contenidos/Documentos/lurisDictio_2/derecho_financiero_disciplina_fiscal.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil*. Direito das obrigações. 2ª parte. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MORAES, Bernardo Ribeiro de. O Estado e o Poder Fiscal. *Revista do Instituto de Direito Público da Faculdade de Direito da USP*. São Paulo, 1:673.
- MORAES, Maria Celina. TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Comentários ao art. 227 da Constituição. In: CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz (Coord. Científica). LEONCY, Léo Ferreira (Coord.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.
- MOREIRA, Vital. *Auto-regulação e administração pública*. Coimbra. Almedina, 1997.
- MOURA, Silvia de. Participação de empresas por meio de seleção de projetos para doação em dinheiro. *Folha de S. Paulo*. Cotidiano. 25 mar. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u712138.shtml>>
- NABAIS, José Casalta. *Direito fiscal*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2004.
- _____. *O dever fundamental de pagar impostos*. Coimbra: Almedina, 1998.
- NOGUEIRA, Ruy Barbosa. *Curso de direito tributário*. 4. ed. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Tributário, 1976.

- _____. *Da interpretação e da aplicação das leis tributárias*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1974.
- NOLETO, Mauro Almeida. *Subjetividade jurídica: a titularidade de direitos em perspectiva emancipatória*. Porto Alegre: Safe, 1998.
- NYU. Charitable Contributions of Property: a Broken System Reimagined. Disponível em: <<http://www1.law.nyu.edu/ncpl/resources/documents/Steuerle-TheCharitableDeductionPolicyandAnalysis.pdf>>. Acesso em: 25 2014.
- _____. Cross Border – Charitable Giving – Joanne Chang, Jennifer Goldberg, Naomi Schrag. Disponível em: <http://www1.law.nyu.edu/ncpl/pdfs/Monograph/Nonprofit_Organizations_FINAL.pdf>.
- _____. Introduction to the philanthropy. Classics edition of M.M. Chambers Charters of Philanthropies: a study of selected trust instruments, charters, by-laws, and court decisions (1948). Peter Dobkin Hall. Disponível em: <<http://www.hks.harvard.edu/fs/phall/chambers%20text%20+%20intro%20final.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2014.
- _____. New York University . National Center on Philanthropy and the Law. 24th Annual Conference. The Charitable Contribution Deduction: Reform and Simplification. Areas for Reform: Split Interest and Partial Interest Gifts. Martin A. Hall. Carolyn M. Osteen. Ropes & Gray LLP. Disponível em: <http://www1.law.nyu.edu/ncpl/resources/documents/Osteen-SplitInterestandPartialInterestGifts-2012.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2014.
- _____. Nonprofit Organization: A guide to choosing form. Nancy Mehlman e Lisa Watts. Disponível em: <http://www1.law.nyu.edu/ncpl/pdfs/Monograph/Nonprofit_Organizations_FINAL.pdf>. Acesso em: 25 maio 2014.
- _____. Reforming the Charitable Contribution Substantiation Rules* Ellen P. Aprill. Disponível em: http://www1.law.nyu.edu/ncpl/resources/documents/Aprill-Evaluating-the-Charitable-Contribution-Substantiation-Rules_000.pdf. Acesso em 25 de maio de 2014.

_____. The Charitable Deduction: Policy and Analysis. Roger Colinvaux. Brian Galle. and C. Eugene Steuerle¹. Disponível em: <<http://www1.law.nyu.edu/ncpl/pdfs/Monograph/Monograph1996CrossBorder.pdf>>.

_____. STUDY ON MODELS OF SELF-REGULATION IN THE NONPROFIT SECTOR. The National Center on Philanthropy and the Law. April 15, 2005. Disponível em: <http://www1.law.nyu.edu/ncpl/pdfs/Self%20Regulation%20Final%20Report-040307updates.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2014.

_____. Private Benefit: What Is It – and What Do We Want It To Be?* John D. Colombo. Disponível em: <http://www1.law.nyu.edu/ncpl/resources/documents/JohnColomboFormattedNCPLPaper2011.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2014.

_____. The Legal Foundations of American Philanthropy – Howard S. Miller. Disponível em: http://www.hks.harvard.edu/var/ezp_site/storage/fckeditor/file/pdfs/centers-programs/centers/hauser/programs/past_programs/philanthropy_classics/Miller.pdf. Acesso em 25 de maio de 2014. Acesso em 25 de maio de 2014.

O MINISTÉRIO do Esporte divulga um Manual do Proponente como instrumento de divulgação e orientação. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/leilIncentivoEsporte/manualProponente/manualPropoente.htm>>.

OLIVEIRA, Angelina Mariz. Tributação das doações. *Revista de Direito Tributário*, n. 124.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. As organizações sociais e o Supremo Tribunal Federal: comentários à Medida Cautelar da ADIn n.º 1923-DF. In OLIVEIRA, Gustavo Justino (Coord.). *Direito do terceiro setor*. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. Terceiro setor, empresas e estado. In: _____ (Coord.). *Novas fronteiras entre o público e o privado*. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Curso de direito financeiro*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

_____. _____. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____. _____. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____. _____. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. *Gastos públicos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. O direito como instrumento de transformação da realidade – Discurso de recepção dos calouros. *Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico*, Ano 01, n. 01, p. 15, Belo Horizonte: Fórum, mar.-ago. 2012.

_____; HORVATH, Estevão. *Manual de direito financeiro*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

OS MAIS RICOS DO BRASIL, SEGUNDO A FORBES. *Revista Época*. Disponível em <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/08/os-bmais-ricosb-do-brasil-segundo-forbes.html>>. Acesso em: 320 ago. 2014.

PAES, José Eduardo Sebo. *Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários*. 5. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2004.

_____. _____. 6. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de direito civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PEREIRA, Cláudia Fernanda de Oliveira. Os Tribunais de Contas e o terceiro setor: aspectos polêmicos do controle. In: OLIVEIRA, Gustavo Justino de (Coord.) *Terceiro setor empresas e Estado*. Belo Horizonte. Fórum, 2007.

PEREIRA, Tânia da Silva. *Direito da criança e do adolescente*. Uma proposta transdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. O melhor interesse da criança. In: PEREIRA, Tânia da Silva Pereira. *O melhor interesse da criança: um debate interdisciplinar*. Rio de Janeiro – São Paulo: Renovar, 2000.

_____; OLIVEIRA, Guilherme de (Orgs). *O cuidado como valor jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

PHILANTHROPIC PLANNING COMPANION. Brian M. Sagrestano. Robert E. Wahlers. Wiley. John Wiley & Sons, Inc. Usa, 2012. Foreword by Laura Fredricks.

PIMENTA, Eduardo Salles. *A função social dos direitos autorais da obra audiovisual nos países ibero-americanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/viiconferencia/texto_plano.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2012.

POGGI, Gianfranco. *A evolução do Estado Moderno*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PONTES DE MIRANDA, Francisco C. *Tratado de direito privado*. Parte geral. Tomo III. Negócios Jurídicos. Atualizado por Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Jr. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

PRESENT LAW AND BACKGROUND RELATING TO THE FEDERAL TAX TREATMENT OF CHARITABLE CONTRIBUTIONS. Scheduled for a Public Hearing Before the House Committee on Ways And Means on February 14, 2013. Prepared by the Staff of the Joint Committee On Taxation. February 11, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Luma/Downloads/x-4-13.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2014.

PROGRAMA de Desenvolvimento Institucional do Sistema. Departamento de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Ministério da Saúde Único de Saúde. *Rev Saúde Pública* 2011;45(4):808-11 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v45n4/ITdecit.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

PRONO/PRONAS. Disponível em: <<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/publicacoesdeficiente/pronon%20-%20pronas%20-%20pcd.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2014.

PUBLICAÇÃO 526. Internal Revenue Service. Departamento of the Treasury
Disponível em: <<http://www.irs.gov/pub/irs-pdf/p526.pdf>> Acesso em: 06
mar. 2014.

RAMIDOFF, Mário Luiz. 19 anos de Subjetivações. MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO CEARÁ. Disponível em: <[http://www.pgj.ce.gov.br/orgaos/
orgaosauxiliares/cao/caopij/arquivos/Artigo_19_anos_Subjetiva%C3%A7%C3%B5es_ECA.pdf](http://www.pgj.ce.gov.br/orgaos/orgaosauxiliares/cao/caopij/arquivos/Artigo_19_anos_Subjetiva%C3%A7%C3%B5es_ECA.pdf)>. Acesso em: 1º out. 2012.

_____. *Direito da criança e do adolescente: teoria jurídica da proteção integral*.
Curitiba: Vicentina, 2008.

RÃO, Vicente. *O direito e a vida dos direitos*. 3. ed. São Paulo: Revista dos
Tribunais, 1991. v. I.

RED CROSS. Disponível em: <[http://www.redcross.org/images/MEDIA_Custom
ProductCatalog/m31340554_AnnualReportFY13.pdf](http://www.redcross.org/images/MEDIA_CustomProductCatalog/m31340554_AnnualReportFY13.pdf)>. Acesso em: 12 jun.
2014.

REV. RUL. 76-206, 1976-1 C.B. 154. Internal Revenue Service. Disponível em:
<<http://www.irs.gov/pub/irs-tege/rr76-206.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2014.

RIO 2016. Disponível em: <www.rio2016.org/>. Acesso em: 1º nov. 2012.

ROCHA, Silvio Luis Ferreira. *Terceiro setor*. São Paulo: Malheiros, 2003.

RODRIGUES, M. L. A. Módulo II: Conselho dos Direitos da Criança e do
Adolescente. In: RODRIGUES, M. L. A.; GOMES, V. M. S. (Orgs.).
Formação de conselheiros em direitos humanos. Brasília: SEDH/PR, 2007.

RODRIGUES, Nelson. *A sombra das chuteiras imortais*. São Paulo: Companhia
das Letras, 1993.

ROGER COLINVAUX. Disponível em: <[http://www1.law.nyu.edu/ncpl/
resources/documents/Colinvaux-charitable-contributions-of-property.pdf](http://www1.law.nyu.edu/ncpl/resources/documents/Colinvaux-charitable-contributions-of-property.pdf)>.
Acesso em 25 de maio de 2014.

ROSA, Alexandre Moraes de. Art. 227 ao 230. In: BONAVIDES, Paulo; MIRANDA,
Jorge; AGRA, Jorge de Souza. (Coord.). *Comentários a Constituição
Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

- ROSENBERG, Joseph; ROONEY, Patrick; STEUERLE, Eugene; TORAN, Katherine. What's been Happening to Charitable Recently? A Look at the Data. Disponível em: <www.urban.org/taxandcharities/upload/charitable-giving-brief-web.pdf>. Acesso em: 27 maio 2014.
- SALAMON, Lester. A emergência do terceiro setor – uma revolução associativa global. *Revista de Administração*, 33 (1), p. 5-11, São Paulo, jan.-mar. 1998.
- _____. *The resilient sector: the State of non profit America, in the State of non profit America*. Lester M. Salamon. (Coord). Washington. DC. Brookling Institution Press, 2003.
- _____; ANHEIR, Helmut K and Associates. *The emerging sector revisited: a summary*. The Johns Hopkins comparative nonprofit sector Project, phase H: Institute for Police. Center for Civil Society Studies, 1998.
- SALDANHA, Nelson. *O Estado moderno e a separação dos poderes*. São Paulo: Saraiva, 1987.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma reinvenção solidária e participativa do estado. In: PEREIRA; WILHEIM; SOLA (Org.). *Sociedade em transformação*. São Paulo: Unesp, 2001.
- SANTOS, José Anacieto Abduch. Licitação e terceiro setor. In: OLIVEIRA, Gustavo Justino de (Coord.). *Terceiro setor Empresas e estado*. Belo Horizonte: Fórum, 2007.
- SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 4. ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2004.
- _____. _____. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.
- _____; TIMM, Luciano Benneti (Org.). *Direitos fundamentais*. Orçamento e reserva do possível. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.
- SARMENTO, Daniel Antonio de Moraes. *Direitos fundamentais e relações privadas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

- _____. (Org.). *Interesses públicos versus interesses privados: desconstruindo o princípio da supremacia do interesse público*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- SCAFF, Fernando Facury. A efetivação dos direitos sociais no Brasil. Garantias constitucionais de financiamento e judicialização. In: _____; ROMBOLI, R.; REVENGA, M. (Org.). *A eficácia dos direitos sociais – I Jornada Internacional de Direito Constitucional Brasil/Espanha/Itália*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.
- _____. *Responsabilidade civil do estado intervencionista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- _____. Como a sociedade financia o Estado para a implementação dos direitos humanos no Brasil. *Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*, v. 10-A, p. 275-302, 2006.
- _____. Contribuições de intervenção e direitos humanos de segunda dimensão. In: MAZZUOLI, Valério de Oliveira; RIBEIRO, Maria de Fátima. (Org.). *Direito internacional dos direitos humanos: estudos em homenagem à Professora Flávia Piovesan*. Curitiba: Juruá, 2004.
- _____. O direito à saúde e os tribunais. In: NUNES, Antonio A.; SCAFF, Fernando F. *Os tribunais e o direito à saúde*. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2011.
- _____. O jardim e a praça ou a dignidade da pessoa humana e o direito tributário e financeiro. *Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica*, v. 4, p. 97-110, 2006.,
- _____. Sentenças aditivas, direitos sociais e reserva do possível. In: COSTA, Paulo Sergio Weyl A. (org.). *Direitos humanos em concreto*. Curitiba: Juruá, 2008. v. 1.
- _____. Sentenças aditivas, direitos sociais e reserva do possível. *Revista Dialética de Direito Tributário*, v. 51, p. 79-99, 2007.
- _____. Sentenças aditivas, direitos sociais e reserva do possível. In SARLET, Ingo W.; TIMM, Luciano B. (Orgs.) *Direitos fundamentais*. Orçamento e “reserva do possível”. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

- _____; NUNES, A. J. A. *Os tribunais e o direito a saúde no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.
- SCHOENMAKER, Janaina. O terceiro setor e a proteção dos direitos fundamentais. *Revista de Direito do Terceiro Setor. RDTS*. Belo Horizonte, ano 1, n 2, p. 25-50, jul.-dez. 2007.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e representação*. Tradução M. F. Sá Correia. 4. reimp. São Paulo: Contraponto, 2001.
- SCHOUERI, Luis Eduardo. *Normas tributárias indutoras e intervenção econômica*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *The economics and sociology of capitalism*. Ed: Richard Swedberg. New Jersey: Princeton University Press, 1991.
- SCHUYT, Theo N. M. Philanthropy in European Welfare state: a challenging promise? Disponível em: <www.vp.excelente.org/static/images/pdf/article_philanthropy_and_welfare%20states.pdf>. Acesso em: 1º maio 2014.
- SCIARETTA, Toni. Estímulo fiscal pode duplicar filantropia no Brasil. *Folha de S. Paulo*. 21 jan. 2011. Mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/863950-estimulo-fiscal-pode-duplicar-filantropia-no-brasil.shtml>>.
- SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/dados-estatisticos/Dados_sobre_o_envelhecimento_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2014.
- SEIXAS FILHO, Aurélio Pitanga. *Teoria e prática das isenções tributárias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *Sobre ética e economia*. Trad. Laura Teixeira Motta; rev. técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

- SHOEMAKER, Ron; BROCKNER, Bill. Public Charity Classification and Private Foundation Issues: Recent Emerging Significant Developments. Disponível em: <<http://www.irs.gov/pub/irs-tege/eotopicp00.pdf> 2000>. Acesso em: 13 mar. 2014.
- SILVA PEREIRA, T. O melhor interesse da criança. In: _____ (Coord.) *O melhor interesse da criança: um debate interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p. 14.
- SILVA, Edgard Neves da; MOTTA FILHO, Marcello Martins. Outras formas desonerativas. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). *Curso de direito tributário*. 14. ed. Saraiva: São Paulo, 2013.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- SILVA, Maria do Rosário de Fátima. YASBEK, Maria Carmelita. Proteção social aos idosos: concepções, diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 102-110, jan.-jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v17n1/a11v17n1.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- SILVA, Maria do Rosário de Fátima; LIMA, Juliana Reis. *Conselho de direitos da pessoa idosa: instrumento de participação e protagonismo*. Acesso em: <<http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/615>>. Disponível em: 19 jul. 2014.
- SILVEIRA, Paulo Antônio Caliendo Velloso da. *Direito tributário e análise econômica do direito: uma visão crítica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- SLYKE, D.M. Van Why do People Give?: New Evidence and Strategies for Nonprofit Managers. *The American Review of Public Administration*, v. 35, n. 3, p. 199–222, 2005.
- SMITH, Sarah; SCHARF, Kimberley. *Charitable donations and tax relief in the UK*. In Charitable giving and tax policy: a historical and comparative perspective. Conference Volume. CEPR conference. Maio 2012. Paris School of Economics. Editors Gabrielle Fack and Camille Landais. Disponível em:

- <file:///C:/Users/Luma%20pc/Downloads/full_volume.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2014.
- SOUSA, Ercias Rodrigues. *Imunidades tributárias na Constituição Federal*. Curitiba: Juruá, 2003.
- SOUTO, Marcos Juruena Villela. Estímulos positivos. In: OLIVEIRA, Gustavo Justino de. (Coord.). *Terceiro setor, empresas e Estado: novas fronteiras entre o público e o privado*. Belo Horizonte: Fórum, 2007.
- SOUZA, Leandro Marins de. *Tributação do terceiro setor no Brasil*. São Paulo: Dialética, 2004.
- SOUZA, Rubens Gomes de. *Compendio de legislação tributária*. 2. ed. póstuma. São Paulo: Resenha Tributária, 1975.
- SOUZA, Sérgio Augusto Guedes Pereira de. *Os direitos da criança e os direitos humanos*. Porto Alegre: Safe, 2001.
- STEINBERG, Richard. Taxes and giving: new findings. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 1, n. 2, p. pp 61–79, 1990.
- _____. Taxes and giving: new findings. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2FBF01397438>>. Acesso em 20 de maio de 2014.
- STRECK, Lênio; MORAES, José Luis Bolzan de. *Ciência política e teoria geral do Estado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
- SUPREME COURT CASES. Bob Jones University vs USA, 1983. Disponível em: <http://www.phschool.com/atschool/ss_web_codes/supreme_court_cases/bob_jones_university.html>. Acesso em: 1º fev. 2014.
- SUSTEIN, Cass R.; HOLMES, Stephen. *The Cost of Rights – why liberty depends on taxes?* New York: Norton, 1999.
- TAX COURT. Case *Durden vs Comissioner*. Disponível em: <<http://www.ustaxcourt.gov/inophistoric/durdenmemo.tcm.wpd.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2014.

- THE ANNUAL Report on Philanthropy. Disponível em: <<http://www.givingusareports.org/>>. Acesso em: 15 ago. 2014.
- THE GIVING PLEDGE. Disponível em: <http://givingpledge.org/#warren_buffett>. Acesso em: 1º out. 2011.
- THE STATE OF NONPROFIT AMERICA – Lester M. Salamon, Editor. Brooking Institution Press. Washington DC. 2002.
- THIS PAPER PRESENTS a discussion of the positive research on giving, particularly the empirical models that account for the effects of income and taxes. Disponível em: <<http://philvol.sanford.duke.edu/documents/giving.pdf>>. Charles Chotfleiter – The Economics of Giving, 2002.
- TIISEL, Danilo Brandani (Coord.). *Captação de recursos para o terceiro setor. Aspectos Jurídicos*. Dezembro 2011. Comissão de Direito do Terceiro Setor. OAB/SP.
- TOJAL, Sebastião Botto de Barros. *Teoria geral do Estado*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- TOLLINI, Helio Martins; AFONSO, José Roberto R. Avançar nas responsabilidades. In: SCAFF, Fernando Facury et al. (Coord.). *Lei de Responsabilidade Fiscal: 10 anos de vigência: questões atuais*. Florianópolis: Conceito, 2010.
- TORCHLIGHT. Perspective on tax-wise charitable giving. NYU Gift Planning. Summer 2013. Issue 23. Disponível em: <http://www.alumni.nyu.edu/s/1068/images/editor_documents/publications/nyu_torchlight_summer_2013.pdf>. Acesso em 21 de outubro de 2014.
- TORRES, Heleno Taveira. Segurança Jurídica dos benefícios fiscais. *Revista Forum de Direito Financeiro e Economico. RFD FE*. Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 57-91, mar.-ago. 2012.
- _____. Imunidades de Entidades sem Fins Lucrativos e Remuneração de Diretores e Conselheiros. In: ROCHA, Valdir de Oliveira. (Org.). *Grandes Questões Atuais do Direito Tributário*. São Paulo: Dialética, 2014, v. 18, p. 148-19
- _____. Teoria da norma de imunidade tributária e sua aplicação às entidades sem fins lucrativos. In: TORRES, Heleno Taveira (coord.). *Direito tributário*

- e ordem econômica: homenagem aos 60 anos da ABDF. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 159-198
- _____. Direito Constitucional Financeiro. Teoria da Constituição Financeira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- _____; PIRES, Adilson Rodrigues (Org.). *Princípios de direito financeiro e tributário*: estudos em homenagem ao professor Ricardo Lobo Torres. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- TORRES, Ricardo Lobo. *A ideia de liberdade no Estado patrimonial e no Estado fiscal*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- _____. A legitimidade da capacidade contributiva e dos direitos fundamentais dos contribuintes. In: SCHOUERI, Luis Eduardo. *Direito tributário – Estudos em homenagem a Alcides Jorge Costa*. São Paulo: QuartierLatin, 2003. v. 1.
- _____. *Tratado de direito constitucional financeiro e tributário*. Os direitos humanos e a tributação: imunidades e isonomia. 3. ed. rev. at. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- TORRES, Silvia Faber. *O princípio da solidariedade no direito público contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- TUBINO, Manoel José Gomes. *As dimensões sociais do esporte*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.
- TUCKER, R.S. Exemptions Under The Federal Income Tax. The Bulletin of the National Tax Association, v. 5, n. 5, p. 138–140, 1920.
- UNIVERSITY OF VIRGINIA LIBRARY. Disponível em: <http://religiousfreedom.lib.virginia.edu/court/bobj_v_us.html>. Acesso em: 28 jan. 2014.
- VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil*. Contratos em espécie. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil: contratos em espécie*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- WAALDIJK, B. Inventing the Nonprofit Sector and Other Essays on Philanthropy, Voluntarism, and Non- profit Organizations. The Journal of American History, v. 80, n. 1, p. 234–235, 1993.

WALD, Arnold. *Obrigações e contratos*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 3. ed. Brasília: UnB, 1994.

WEIDENBECK, Peter J. Charitable Contributions: a policy perspective. Disponível em: <http://scholarship.law.missouri.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2802&context=mlr>. Acesso em 23 de maio de 2014.

Wiedenbeck, P.J. Charitable Contributions: a policy perspective. *Missoure Law Review*, v. 50, p. 85–139, 1985.

WEISBROD, Burton A. The Nonprofit Mission and Its Financing. In *To Profit or Not to Profit: The Commercial Transformation of the Nonprofit Sector* 11. *Foreword by Kenneth J. Arrow*. Published by the Press Syndicate of the University of Cambridge, 2000.

WIEDENBECK, Peter J. Charitable Contributions: A Policy Perspective. v. 50. Artigo 08. Inverno. 1985. Disponível em: <http://scholarship.law.missouri.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2802&context=mlr> Acesso em: 17 jun. 2014.

WRUCK, Craig C. *Planned Giving in a Nutshell*. Published by FTE Services, LLC. Saint Paul, MN. 2013.

WRUCK, Craig. C. *Planned Giving in a Nutshell*. 4. ed. Published by FTE Services, LLC. Saint Paul, MN, 2013.

YUNUS, Muhammad. *Creating a world without poverty—Social Business and the future of capitalism e Building Social Business*. Public Affair: New York, 2007.

YUNUS SOCIAL BUSINESS CENTRE UNIVERSITY OF LORENCE. Disponível em: <http://sbflorence.org/en>. SOCIAL BUSINESS EARTH. Disponível em: <http://socialbusinessearth.org/>. Acesso em: 1º out. 2014.

ZAPE, Katiani Lucia. Terceiro Setor: Algumas reflexes sobre a intense corrida pela sustentabilidade. Artigo apresentado VI Conferencia Regional de ISTR para América Latina y el Caribe. 8 al 11 noviembre de 2007, Salvador de Bahía, Brasil. Organizan: ISTR y CIAGS/UFBA. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/733.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2014.

ZOLLMANN, C. Tax Exemptions of American Church Property. *The Michigan Law Review Association*, v. 14, n. 8, p. 646–657,

Outros sites consultados:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11724/Fernando%20Stival.%20Protocolo%20Final%20de%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1>>.

<<http://redeglobo.globo.com/criancaesperanca/>>.

<<http://www.conselhodoidoso.sp.gov.br/sis/lenoticia.php?id=715&c=31>>

<<http://www.exercitodoacoes.org.br/doacoes/doacao-em-dinheiro?gclid=CP7d6Zrm26sCFZBb7AodVQQYSA>>

<<http://www.guardian.co.uk/news/datablog/2010/sep/08/charitable-giving-country>>.

<<http://www.guardian.co.uk/news/datablog/2010/sep/08/charitable-giving-country#>>.

<<http://www.institutoazzi.org.br/>>

<<http://www.irs.gov/Charitiesties-&-Non-Profits/Search-for-Charities>>.

<<http://www.irs.gov/pub/irs-pdf/p526.pdf>>.

<<http://www.portalrede.com.br/conteudos/cursos/14>>.

<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/863950-estimulo-fiscal-pode-duplicar-filantropia-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 1º out. 2011.